DIÁLOGOS NA EXTENSÃO RURAL

Semeando propostas, compartilhando saberes

Organizadores:

Luís Fernando Soares Zuin

Ezequiel Redin

Paula Andrea de Santis Bastos

Fabio Gregori

aurora
Rede Latino-americana de Diálogos em Ater Digital

Volume 5

2023 - 2033
Horizonte Ater
O futuro da Ater na América Latina

*Ciclo de
Formação do
Extensionista*

Ciclo de palestras
**PESQUISA
em PRÓSA**

Diálogos em Ater Digital:
**SEMEANDO PROPOSTAS,
COMPARTILHANDO SABERES.**

Luís Fernando Soares Zuin
Ezequiel Redin
Paula Andrea de Santis Bastos
Fábio Gregori
(Organizadores)

Diálogos na extensão rural: semeando propostas, compartilhando saberes

Volume 5

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Luís Fernando Soares Zuin; Ezequiel Redin; Paula Andrea de Santis Bastos; Fábio Gregori [Orgs.]

Diálogos na extensão rural: semeando propostas, compartilhando saberes. Vol. 5. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 119p. 14,8 x 21 cm.

ISBN: 978-65-265-1871-7 [Digital]

1. Extensão rural. 2. Ater 3. Educação. 4. Digital. I. Título.

CDD – 370

Capa: Gabriel Arroyo

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

DOI: 10.5281/zenodo.15043671

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Rede Aurora

Diálogos em Ater Digital na AL

A Rede Aurora¹ é um coletivo composto por pessoas vinculadas a universidades, órgãos de extensão rural, defesa agropecuária e pesquisas da América Latina e Europa, que estão interessadas no desenvolvimento participativo e dialógico dos serviços de Ater. Busca construir caminhos comunicacionais dialógicos para a apropriação social do conhecimento científico e dos saberes-fazeres pelas pessoas no campo, academia e demais instituições. Caminhos dialógicos em que são compartilhadas as experiências e vivências dos seus integrantes e pessoas convidadas. A rede procura auxiliar a concretização de diálogos e encontros entre seus membros e convidados, que levem ao desenvolvimento de ações pedagógicas, as quais estejam alinhadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas. A troca de experiências e vivências entre seus integrantes procura contribuir para a construção de um espaço rural plural, que seja ambientalmente sustentável e socioeconomicamente equânime. Entre em contato conosco pelo e-mail redauroraal@gmail.com.

¹ A Rede Aurora faz parte de um projeto de extensão universitária da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (FZEA-USP) intitulado "Rede Latino-americana de diálogos em ATER digital", coordenado pelo Prof. Luís Fernando Soares Zuin.

O Extensionista

O Extensionista² é um projeto de extensão universitária em que se promove a divulgação, o intercâmbio, a popularização do conhecimento gerado no meio acadêmico, nas instituições de pesquisa e nas agências de Extensão Rural para os estudantes, comunidades e famílias rurais. O Extensionista se constitui em um portal de divulgação sobre assuntos relacionados ao mundo da agricultura, da extensão rural e do desenvolvimento. O portal é um espaço virtual que se propõe conectar extensionistas, pesquisadores, agências de desenvolvimento rural, gestão pública, agricultores e jovens rurais sobre informações da área no Brasil e no mundo. O projeto surgiu com o objetivo de contemplar um elo nunca antes imaginável – a aproximação entre agricultores, jovens rurais, acadêmicos, formuladores de políticas públicas, professores e pesquisadores do mundo rural. É uma plataforma online para criar um espaço para um verdadeiro elo de troca de experiências, nunca antes possível de forma tão intensa, no meio rural brasileiro. Entre em contato conosco pelo e-mail: portaloextensionista@gmail.com

² O Extensionista é um projeto de extensão universitária do Departamento de Ensino do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulado: "O Extensionista: a ponte digital entre a pesquisa e a comunidade rural". Entre 2019 a 2022 esteve registrado no Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus Unai, MG. Com a redistribuição do coordenador do projeto, Prof. Ezequiel Redin, passa a constituir parte do legado da UFSM.

Apoios e Agradecimentos

Agradecemos às seguintes organizações que nos apoiaram sugerindo os nomes dos palestrantes e também divulgaram os quatro ciclos de palestras que compõem essa série de livros:

- Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil (MAPA)
- Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil
- Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PPGAD) da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil
- Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Brasil
- Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (UNESP/Jaboticabal), Brasil
- Pós-Graduação Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (PPGCTS/UFSCar), Brasil
- Portal Extensión para Extensionistas, Argentina
- Laboratório de Análises Socioeconômicas e Ciência Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (LAE/FMVZ/USP), Brasil
- Grupo de Estudos Aplicados em Finanças (GEAFIN/UNESP- Jaboticabal), Brasil
- Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)
- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do setor Público Agrícola do Brasil (FASER)

- Associação Paulista de Extensão Rural – APAER, Brasil
- Rede de Pesquisa, Inovação e Extensão em Desenvolvimento Rural (Rede Campo), vinculado a UTFPR, Brasil
- Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (ASBRAER), Brasil
- Grupo de Estudos Aplicados em Finanças (GEAFIN/UNESP/Jaboticabal), Brasil
- Central das Associações das Mulheres do Cacau do Espírito Santo
- Grupo de Estudos e Pesquisa em Ater Digital “Horizonte Rural” (USP)

Agradecemos o apoio do Programa Unificado de Bolsas de Estudos (PUB) para Estudantes de Graduação da Reitoria da Universidade de São Paulo, com a concessão de uma bolsa para a discente Luana Capalbo Roldan que auxiliou nos trabalhos de transcrição dos textos deste livro.

Autores e Organizadores

Ezequiel Redin

Docente do Departamento de Ensino do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Minas Gerais. Editor do Periódico Extensão Rural (UFSM) e Editor da Revista de Gestão e Organizações Cooperativas (UFSM). Coordenador do projeto O Extensionista e do Programa do Geoparque de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROGEATER). Contato: ezequiel.redin@ufsm.br

Fabio Gregori

Médico Veterinário formado pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (USP) e Pedagogo formado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Realizou mestrado e doutorado em Epidemiologia Experimental e Aplicada às Zoonoses pelo Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor doutor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (USP). Contato: acme@usp.br

Gustavo Pinto da Silva

Zootecnista, Mestre e Doutor em Extensão Rural. Professor Titular no Colégio Politécnico da UFSM. Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Professor Visitante na na Facultad de

Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Nacional de Educación a Distancia/Espanha (PVE-UFSM CapesPrint) 2023-2024. Coordenador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Agroalimentares Georrerenciadas (GIPAG-UFSM) e participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD-UFRGS). Desenvolve atividades de pesquisa e extensão nas áreas de desenvolvimento rural, dinâmicas de abastecimento de alimentos, construção social dos mercados em regiões periféricas e cidadania alimentar.

Luís Fernando Soares Zuin

Professor do departamento de Engenharia de Biosistemas da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (FZEA-USP). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (PPGCTS-UFSCar) e também do Programa de Pós-graduação em Gestão e Inovação na Indústria Animal da Universidade de São Paulo (PPGGIIA-USP). Desenvolve estudos, pesquisas e projetos de extensão universitária voltados para o desenvolvimento de metodologias de ensino-aprendizagem e comunicação digital nos territórios rurais. Coordena a Rede Aurora de diálogos em Ater Digital na América Latina. Líder do grupo de estudos e pesquisas em Ater Digital “Horizonte Rural”. Zootecnista (UNESP-FCAV) com doutorado em Engenharia de Produção (DEP-UFSCar). Contato: lfzuin@usp.br

Paula Andrea de Santis Bastos

Docente do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente e da Faculdade de medicina veterinária da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). É médica veterinária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuRJ), mestre e doutora em medicina veterinária pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da

Universidade de São Paulo (FMVZ-USP). Apresenta linhas de pesquisa em bem-estar animal, educação em saúde única e medicina veterinária do coletivo. Contato: paulaasbastos@gmail.com

Silvio Calgaro Neto

Graduado em Engenharia Florestal, Mestre em Extensão Rural, Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria e Doutor em Ciências Econômicas, Empresariais e Sociais pela Universidade de Sevilha. Dedicar-se a construção de estratégias de curricularização da extensão nas universidades por meio das práticas integrais na formação em Ciências Agrárias. Atualmente, é Professor Adjunto na Universidade Federal de Sergipe (Campus do Sertão) nos cursos de Agroindústria, Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, atuando nos módulos curriculares de Ações Integradas em Ciências Agrárias, que visa desenvolver práticas acadêmicas junto as comunidades e assentamentos rurais através de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Contato: silviocalgaro@academico.ufs.br

Apresentação

No ano de 2023 surgiram novos caminhos para divulgação da educação científica da academia e dos saberes-fazeres provenientes das atividades dos órgãos de Extensão Rural, Fiscalização Agropecuária e Agricultores. Um deles foi colaboração entre o “Portal O Extensionista” e a “Rede Aurora de Diálogos em Ater Digital na América Latina”, que transcenderam as suas fronteiras geográficas e construíram um legado de informações e conhecimentos, com a colaboração de especialistas (professores, pesquisadores, extensionistas rurais e agentes de fiscalização), que estudam e trabalham nos mais variados temas que permeiam os territórios rurais da América Latina, Europa e África. Essa colaboração pode ser vista em quatro ciclos de palestras que foram criados em conjunto por essas duas redes: “Diálogos em Ater Digital: semeando propostas, compartilhando saberes”; “Horizonte Ater 2023-2033”; “Pesquisa em Prosa”; “Formação do Extensionista Rural”. Os ciclos procuraram identificar e propor caminhos metodológicos e formativos para os atuais elementos condicionantes, que determinam desde a formação dos extensionistas, até os futuros processos de transferência e compartilhamento de novas tecnologias no campo. A série de livros “Diálogos na extensão rural: semeando propostas, compartilhando saberes” busca selecionar, transcrever e adaptar a linguagem escrita um conjunto de palestras desses ciclos, que mais se destacaram, para serem publicadas. Acreditamos que estes relatos das vivências, principalmente dos extensionistas rurais e agentes de fiscalização, possam inspirar novas gerações de técnicos, que desejam desenvolver um território rural mais sustentável, justo e igualitário. Os trechos dos textos que compõem cada capítulo dos livros são de inteira responsabilidade de cada um dos palestrantes. Tenham uma boa leitura!

Prefácio

Esta é mais uma publicação da Rede Aurora, instituição que tem se destacado em oportunizar debates e trazer experiências extensionistas para o público. Dada a peculiaridade do tema e o universo dos leitores, muitos podem ter assistido as entrevistas. Outros, sabedores que há um registro e estão disponíveis no canal do YouTube da Rede Aurora e do Extensionista, podem se perguntar que talvez seja mais fácil assistir a entrevista que ler este livro. Meu desafio é instigar a todos a realizar a leitura.

Podemos convencionar que o aumento no consumo de audiovisuais tem tomado o lugar do rádio, permitindo que, muitas vezes, no cotidiano atribulado, nos permitimos multitarefas. Assistimos uma *live* ou um vídeo, enquanto estamos fazendo outras atividades, ou mesmo, ao dedicar o tempo para assisti-los, estamos respondendo e-mails ou dando atenção a outras redes sociais. Já a leitura é um ato que exige mais concentração e nos permite uma reflexão interessante sobre o lido.

Diante disso, convido tanto aqueles que já assistiram, como aqueles que não tiveram essa oportunidade de lerem as duas contribuições que são apresentadas nesta publicação. Ambas trazem elementos que auxiliam àqueles que se dedicam a atividade extensionista, enquanto elemento importante do famoso tripé acadêmico e, dada a importância que a curricularização da extensão tem assumido nas instituições, são abordagens interessantes e que trazem um potencial efetivo de auxiliar os extensionistas no momento que vivem.

Tomando por base a contribuição de Michael Foucault, em sua Arqueologia do Saber, Silvio Calgaro Neto nos presenteia com uma arqueologia extensionista desde os tempos medievais e ainda explica as origens que diferenciaram as Universidades Latino-Americanas das Universidades Europeias e Norte-

americanas. Do seu esforço na construção de um campo epistemológico para a Extensão, detalha as singularidades e apresenta uma tríade epistemológica extensionista que busca entender o discurso, a estrutura dialógica que se cria e a transformação no cotidiano dos envolvidos. A partir da teoria, vai tecendo considerações e dialogando com os entrevistadores sobre os desafios da Extensão Rural no Brasil, o atual cenário de pluralismo mercadológico e reflexões de como fortalecer a construção do campo epistemológico em pauta.

Do coração do Rio Grande do Sul, Gustavo Pinto da Silva apresenta uma metodologia de ensino de Extensão Rural baseada na vivência, que está sendo bem avaliada pelos estudantes da UFSM. A partir de sua trajetória profissional e da experiência docente desenvolvida em instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Gustavo busca novas formas de ensinar e desenvolveu uma metodologia baseada na relação entre estudantes e agricultores que denominou de vivência. O que é a vivência? Quais são os momentos fundamentais que organizam a experiência? Que instrumentos são utilizados? Essas respostas você encontrará na leitura do capítulo que além da rica descrição feita pelo autor, é ainda pormenorizada nos questionamentos e discussões com os entrevistadores. Enfim, uma experiência que vale a pena conhecer. Uma iniciativa que busca romper com a fragmentação do saber, mostrar a realidade concreta dos produtores e permitir a formação de profissionais no nível que nossa sociedade necessita.

Boa leitura!

Prof. Dr. Tarcisio Samborski

IFFarroupilha - Campus Santo Augusto

Sumário

	A EPISTEMOLOGIA EXTENSIONISTA E AS NUANCES DA EMERGÊNCIA DO PLURALISMO MERCADOLÓGICO	
Capítulo 1	Silvio Calgaro Neto Ezequiel Redin Luís Fernando Soares Zuin	14
	AS VIVÊNCIAS COMO METODOLOGIA DE ENSINO DA EXTENSÃO RURAL	
Capítulo 2	Gustavo Pinto da Silva Ezequiel Redin Luís Fernando Soares Zuin	73

Capítulo 1

A epistemologia extensionista e as nuances da emergência do pluralismo mercadológico¹

Silvio Calgaro Neto
Ezequiel Redin
Luís Fernando Soares Zuin

Prof. Ezequiel Redin

Como serão os serviços de ATER no Brasil daqui a 10 anos? Essa é a pergunta que a Rede Aurora e o portal Extensionista buscam responder. Para isso, iniciamos o ciclo de palestras intitulado "Horizonte ATER 2023-2033".

Sejam bem-vindos, extensionistas, agricultoras, agricultores, jovens rurais, pesquisadores, professores, acadêmicos e demais públicos aqui presentes. Meu nome é Prof. Ezequiel Redin, sou professor de extensão rural, e hoje temos conosco o professor Luís Fernando Soares Zuin, da Universidade de São Paulo (USP), fundador da Rede Aurora de diálogos em Ater Digital para a América Latina, bem como o nosso grande amigo, engenheiro florestal e doutor em extensão rural, Silvio Calgaro Neto, da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Todos são profissionais de destaque na área de extensão no Brasil.

Assim iniciamos mais um evento do ciclo "Horizonte ATER 2023-2033". A live de hoje traz como tema "A Epistemologia Extensionista e as Nuances da Emergência do

¹ Palestra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DBSOF2mcbXQ>.

Pluralismo Mercadológico". Passo a palavra ao Prof. Luís Fernando Soares Zuin para dar continuidade ao nosso evento.

Prof. Luís Fernando Soares Zuin

É um prazer estar aqui! Tenho certeza de que vamos aprender muito hoje e bastante animado para ouvir as contribuições do Prof. Silvio. Portanto, seja muito bem-vindo e fique à vontade, a palavra é sua.

Prof. Silvio Calgaro Neto

Olá a todas e todos! Agradeço ao Prof. Ezequiel e ao Prof. Luís Fernando Soares Zuin pelo convite para participar deste espaço tão importante e dialético no campo da extensão rural. É uma grande satisfação estar aqui.

Hoje, trago um pouco do debate em torno da epistemologia extensionista, que é uma narrativa que venho tentando construir ao longo do meu processo de formação. Também gostaria de abordar o termo que utilizei, "pluralismo mercadológico", que, embora possa parecer errôneo, reflete um grande desafio: responder à pergunta sobre como serão os serviços de ATER nos próximos 10 anos.

Provavelmente, podemos nos equivocar nessa análise, mas é um desafio interessante e uma proposta válida. É uma maneira de criar expectativas em relação ao futuro, embora não seja algo que eu aprecie particularmente. Prefiro fazer resgates históricos, mas esse exercício de futurologia também tem seu valor, pois nos permite tentar traçar possíveis caminhos que a extensão rural, e a extensão em geral, podem seguir ao longo dos próximos 10 anos.

Realmente, é um exercício desafiador devido à complexidade do tema, mas estamos nos arriscando e, possivelmente, enfrentando os mesmos riscos. Certo? Vou

começar com uma apresentação breve para evitar que fique cansativa, tentando abordar os pontos que mencionei anteriormente.

Por que trago esse tema? Porque ainda percebo que muitos dos estudos no campo da extensão rural, que é justamente o que estamos abordando, dedicam-se principalmente a áreas como economia rural, sociologia rural, administração rural e outros temas transversais. No entanto, é necessário que desenvolvamos métodos e modelos epistemológicos próprios para tratar esse tema, que possui suas particularidades e especificidades.

Um desafio que deixo para todos os futuros mestres e doutores no campo da extensão rural é que busquem, por meio de seu desenvolvimento intelectual e metodológico, avançar na criação de propostas metodológicas que fortaleçam cada vez mais esse campo epistemológico. A partir dessa análise do campo da epistemologia extensionista, tentarei apresentar um exercício de prognóstico sobre o futuro da extensão rural, partindo do pluralismo mercadológico.

A partir da análise da contemporaneidade e dos elementos mais relevantes que emergiram nos últimos 10 anos, procurei elaborar uma ideia sobre o rumo que tudo isso pode tomar. Não se trata de expressar minha concordância com essas tendências; meu objetivo não é dizer como as coisas deveriam ser, mas sim apontar como elas provavelmente serão e como estão se desenrolando atualmente.

Seguindo adiante, apresento o roteiro argumentativo desta apresentação (Fig. 1), que se concentra em dois aspectos principais. Primeiro, abordaremos a questão da epistemologia extensionista, conforme mencionei no início.

Figura 1 – Roteiro argumentativo a ser abordado na apresentação

Fonte: elaboração própria

Dispomos de um campo epistemológico próprio, que nos oferece uma unidade em termos de conhecimentos específicos, permitindo-nos propor uma epistemologia singular ou continuaremos a nos apoiar nos campos da sociologia rural, economia rural, administração rural e em outras disciplinas que também são extremamente relevantes para nós.

É possível construir teses em extensão rural? Esse é o tema que pretendo abordar, e uma parte dessa discussão será feita por meio da análise Foucaultiana da ciência moderna e das ciências humanas dentro da composição desta. Michel Foucault (1999) propõe uma arqueologia das ciências humanas, e, parafraseando-o, introduziu a ideia de uma "arqueologia extensionista" e a regionalização epistemológica que denomino de "epistemogeografia" (Fig. 2). Essa abordagem é baseada na possibilidade de estabelecer um campo epistemológico extensionista.

Nesse contexto, por meio dessa arqueologia

extensionista, buscaremos construir e dar forma às singularidades temáticas, além de traçar e refletir sobre a viabilidade de abordarmos, tanto no presente quanto no futuro, uma ideia de pluralismo mercadológico.

Figura 2 – Fundamentação da epistemogeografia extensionista

Fonte: Inspirado e adaptado de Foucault (1999),
Díaz e Heler (2000) e Calgaro Neto e Souza (2016).

Como mencionei, não é uma posição que eu defenda, mas percebo nuances na realidade da emergência desse pluralismo mercadológico. Seguindo adiante, passarei diretamente à regionalização Foucaultiana do campo epistemológico das ciências humanas, traçando um entendimento de como a epistemologia extensionista pode se configurar dentro desse contexto de regionalização epistemológica.

Apresento aqui duas figuras fundamentais que este estudo de Foucault, em conjunto com a análise de Díaz e Heller (2000), nos traz sobre a epistemologia moderna e o contexto em que as ciências humanas se constituem. Vou defender que, dentro dessas ciências humanas, também se encontra o contexto da epistemogeografia extensionista.

Foucault divide a epistemologia moderna em três esferas principais. A primeira é a esfera das ciências básicas, que inclui as Ciências Físicas e Matemáticas. Em seguida, ele apresenta uma segunda unidade, que denomina de Ciências da Vida,

relacionada ao campo biológico e às ciências do trabalho, que, na minha análise, Foucault relaciona essa unidade ao materialismo histórico-dialético. Por último, temos a Ciência da Linguagem, que abrange o campo das palavras, símbolos e significados, sempre considerando a interação entre essas três esferas.

Por fim, na terceira unidade, Foucault coloca a reflexão filosófica em uma esfera distinta, dentro do campo da ciência e da compreensão do ser e da existência humana, diferenciando-se das duas anteriores: etnologia e etnogeografia extensionista. Essa reflexão se encaixaria mais na segunda unidade, formando uma figura que abrange a interconexão entre três ciências: ciências da vida, ciências do trabalho e ciências linguísticas ou filológicas. Nesse contexto, surge, em uma dimensão de duplicação dessas outras ciências, um campo metaepistemológico, que compreende as ciências humanas.

A partir dessa duplicação e da interação entre as diferentes ciências, temos um campo metaepistemológico no qual podemos encontrar, nessa região, a epistemogeografia extensionista. Para aprofundar a construção desse campo metaepistemológico, Foucault realiza uma arqueologia e uma regionalização desse espaço.

Para ilustrar essa ideia com as palavras de Foucault (1999, p. 528), ele afirma que *“foi o envolvimento do trabalho, da vida e da linguagem em torno deles próprios, ou seja, desse exercício de duplicação dessa relação entre eles próprios que prescreveu do exterior o aparecimento desse novo domínio, é o aparecimento desse ser empírico transcendental, desse ser cujo pensamento é indefinidamente tramado ou impensado, desse sempre separado de uma origem que lhe é prometida na imediatidade do retorno, é esse aparecimento que dá a ciências humanas a sua feição singular”*. Foucault nos aponta que, nessas relações e nessa duplicação, ocorre a construção das ciências humanas dentro do contexto do paradigma moderno.

Avançando mais, podemos construir o que Foucault denomina de uma região metaepistemológica. Dentro dessas unidades básicas da biologia, da economia e da linguística, encontramos a interação e a duplicação entre várias ciências, que podem ser articuladas de diferentes maneiras. Nesse contexto, surge essa região metaepistemológica, a partir da qual se desenvolvem enfoques multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. É exatamente nessa região que também se insere a epistemogeografia extensionista (Fig. 3 e 4).

A extensão, de maneira geral, é um campo de conhecimento que, como veremos a seguir, demanda uma autocrítica dos processos científicos e do processo de modernização.

E, claro, após Paulo Freire (2006), compreendemos melhor o campo epistemológico da extensão, reconhecendo que é justamente nessa região metaepistemológica que podemos criticar o discurso científico, o discurso moderno e todas as propostas de mudança. Esse espaço permite questionar o que se constrói cientificamente, e, na totalização científica em que vivemos na contemporaneidade, essa crítica se torna ainda mais abrangente.

Conforme Foucault sugere, acima da etnologia e da psicanálise, existe uma terceira contraciência que percorre, anima e inquieta todo o campo das ciências humanas. Essa contraciência, que se extravasa tanto das positivities quanto da finitude, forma uma contestação geral. Nesse sentido, vejo que, nessa região metaepistemológica, a epistemologia extensionista se configura como uma contraciência, servindo como uma autocrítica de todo o processo de modernização.

No início do século XX, nas origens mais embrionárias do campo da extensão rural, havia uma forte crença no projeto moderno e nas propostas desenvolvimentistas. Contudo, atualmente, cabe a nós trazermos um contraponto e realizar essa contraciência, entendendo a análise do discurso e suas

repercussões nas ações cotidianas das pessoas. Assim, nessa região multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, encontramos o espaço da epistemogeografia extensionista dentro da região metaepistemológica.

Figura 3 - O espaço da epistemogeografia extensionista e a formação da região metaepistemológica.

Fonte: Inspirado e adaptado de Foucault (1999), Díaz e Heler (2000) e Calgaro Neto e Souza (2016).

Figura 4 - O espaço da epistemogeografia extensionista e a expansão das regiões metaepistemológicas.

Fonte: Inspirado e adaptado de Foucault (1999), Díaz e Heler (2000) e Calgaro Neto e Souza (2016).

Uma ciência extensionista que busca trazer essa crítica a todos os processos, discutindo quais mudanças os discursos têm promovido no campo mais pragmático e cotidiano, e vice-versa. Trata-se, de fato, de um processo que se alinha à filosofia da práxis. A partir dessa perspectiva, podemos agora falar sobre um processo de arqueologia extensionista.

Dentro desse processo de arqueologia extensionista, identificamos alguns períodos na construção do campo epistemológico extensionista, que evidenciam a existência de um conhecimento específico e de um método próprio (Fig. 5). Essa unidade de conhecimento é bem definida e, a partir dela,

conseguimos traçar o foco dessa contraciência, ou seja, o foco dessa ciência autocrítica, que nos permite repensar nossos métodos epistemológicos, assim como nosso campo epistemológico próprio e os métodos teóricos e analíticos que empregamos.

Para explorar um pouco dessa arqueologia extensionista, podemos observar os primeiros elementos no período medieval relacionados à ideia de extensão rural e às propostas de mudança. Um pressuposto que analiticamente incorporei da professora Vivien Diesel foi a de perceber que as experiências extensionistas trazem consigo, explícita ou implicitamente, propostas de mudanças. No período medieval, essas abordagens eram predominantemente assistencialistas, o objetivo era promover mudanças, melhorias e transformações em uma realidade determinada.

Como primeira evidência desse exercício de transformação a partir de bases acadêmicas, temos uma atividade no Mosteiro de Alcobaça, datada de 1269. No contexto das universidades medievais, essa iniciativa apresentava uma abordagem assistencialista, levando à sociedade do entorno elementos como a farmácia, conhecida na época como botica, além de uma proposta de formação escolar e de diversas ações sociais (Fig. 5).

Figura 5 - A arqueologia extensionista e eventos marcantes ao longo dos diferentes períodos históricos.

Fonte: elaboração própria

Desde o período medieval, já podemos perceber essa intenção, essa institucionalização que forma o tripé indissociável da universidade, incluindo a extensão. Nesse contexto das universidades medievais, havia uma compreensão de que era fundamental que essas instituições, como os mosteiros, contribuíssem para promover mudanças e transformações a partir dos conhecimentos adquiridos. Já no século XVI, observamos a criação de cursos voltados para o ensino da agricultura, além de ensaios sobre agricultura geral, que buscavam romper com a visão medieval, que entendia a natureza como algo divino, e passar a vê-la também como um campo de possibilidades experimentais.

No século XVI, temos tratados de agricultura que se destacam, como "Agricultura General", (Herrera, 1818 [1513]), que se tornou bastante famoso. A partir desse ponto, ocorre uma transição para o período moderno, onde podemos observar uma composição mais direta do que hoje entendemos como extensão

rural. Nesse contexto, surgem as cátedras nas universidades do início do período moderno, com aulas dedicadas à agricultura e à formação dos chamados "ilustrados". Esses ilustrados em agricultura eram pessoas que adotavam uma abordagem mais empírica e experimental, circulando entre povoados, pequenas cidades e regiões agrícolas. Seu objetivo era implementar propostas de mudança nas práticas agrícolas, transformando-as em processos mais experimentais e qualificando-as para alcançar maior produtividade.

Entre os séculos XVII e XVIII, estrutura-se um modelo de ilustração agrária, onde esses ilustrados podiam circular e interagir com as comunidades rurais. Nesse contexto, observamos a presença de professores itinerantes que se deslocavam até as sociedades agrícolas, buscando qualificar os processos de produção agrícola.

Nesse período moderno, já se delineia um campo específico da extensão, vinculado diretamente às universidades e à academia de modo geral, como era designado na época. É claro, portanto, que essa arqueologia extensionista revela que a extensão, e a extensão rural em particular, são partes indissociáveis da universidade.

A extensão é uma instituição que nasce da universidade e pertence a ela. Nesse contexto, gostaria de deixar uma crítica que frequentemente observo entre colegas: a discussão sobre se é papel ou não da universidade realizar extensão rural. Se essa questão é uma mera questão ideológica ou não, é secundária; o fato é que a extensão e a extensão rural são componentes intrínsecos à instituição universitária.

A questão de se as universidades estão preparadas ou não para realizar a extensão rural e assumir esse papel é, de fato, um exercício ideológico. Atualmente, observo que as instituições universitárias brasileiras adotam uma abordagem mais liberal, na qual se argumenta que a universidade não teria essa responsabilidade.

Como mencionei, considero essa discussão uma dimensão mais ideológica, onde alguns acreditam que não é função da universidade realizar extensão rural. Vejo, inclusive, uma tentativa bastante equivocada de separar a extensão universitária da extensão rural.

O núcleo do nosso exercício da epistemologia extensionista reside na prática extensionista, na extensão e na práxis extensionista. Os adjetivos "universitário" e "rural" são meras designações que cada instituição pode definir de maneira distinta. É evidente que, ao realizarmos a extensão rural a partir da universidade, utilizamos métodos e modelos pedagógicos diferentes, para englobar estudantes, técnicos, professores e as comunidades do entorno. Essas comunidades que receberão nossos serviços estarão, portanto, diante de abordagens pedagógicas distintas em comparação com um serviço de extensão rural realizado fora da universidade.

A partir disso, quero ressaltar minha preocupação em relação às universidades federais, especialmente, que parecem acreditar que a extensão rural não é uma função da universidade. Essa visão resulta na tentativa de construir uma separação ideológica entre a extensão universitária e a extensão rural.

É claro que, atualmente, não dispomos de uma estrutura adequada nem preparada para realizar a extensão rural de forma eficaz. No entanto, isso não deve nos eximir da possibilidade de empreender essa prática; trata-se de uma construção institucional. Embora, no momento, essa possibilidade não esteja tão clara ou evidente e possa parecer distante, é importante reconhecer que a extensão é parte integrante da história e das funções universitárias. Ela é uma função indissociável da missão das universidades, que envolve ensino, pesquisa e extensão. Vemos nessa arqueologia uma relação muito clara e direta.

Para mim, o exercício de eximir a universidade dessa função é uma proposta ideológica liberal. Ao chegarmos ao

período contemporâneo, percebemos um processo mais evidente de formação do campo epistemológico extensionista, marcado por transformações sociais significativas a partir do século XVIII. Esse período foi caracterizado por uma revolução agrícola, que trouxe novos modelos de produção agrícola e propostas de reforma agrária, muitas das quais foram impulsionadas pelo campo da fisiocracia francesa.

A figura de Jethro Tull (BRITANNICA, 2023) representa um marco importante na busca pela revolução agrícola, sendo um dos primeiros autores a publicar um livro que visava transformar a agricultura. Sua obra reflete a influência do pensamento moderno e das abordagens científicas, empíricas e experimentais, especialmente no contexto cartesiano, que buscavam reformular a estrutura rural. É fundamental destacar que os períodos mencionados aqui são os períodos clássicos da história.

O período moderno, em minha perspectiva, se insere no contexto clássico da história, abrangendo desde a conquista de Constantinopla em 1453 até a tomada da Bastilha em 1789, na França. É a partir do século XVIII e XIX que se estabelece a instituição da extensão, ainda de forma exclusiva dentro das universidades. Segundo Puerta Trujillo (1996), esse processo de institucionalização da extensão pode ser dividido em seis períodos distintos que refletem tanto a evolução quanto a desinstitucionalização desse campo ao longo da contemporaneidade.

O primeiro período é marcado pela presença dos professores itinerantes, que atuavam nas universidades modernas e contemporâneas do século XIX. Esses educadores desempenhavam um papel fundamental ao transitar entre os espaços acadêmicos e as comunidades rurais, levando consigo conhecimentos científicos e promovendo a qualificação. Seu objetivo era fomentar um debate aprofundado sobre a revolução agrícola e as implicações da nova agricultura, além do que fazer

com a reforma agrária.

Nesse contexto, observamos que a Europa, ao final do século XVIII e início do século XIX, estava passando por grandes transformações políticas. A agricultura emergia como um tema relevante, com uma série de estudos e propostas sobre como os Estados, universidades e instituições deveriam se posicionar em relação à modernização agrícola.

O segundo período que podemos destacar é a institucionalização da extensão, demarcando-a novamente como uma função indissociável, nas universidades americanas e nas escolas técnicas do Reino Unido, entre 1840 e 1880.

Nos Estados Unidos, o foco da extensão foi mais direcionado ao ambiente agrícola e agrário, enquanto no Reino Unido foi voltado para a formação ligada à Revolução Industrial, isto é, para o trabalho na indústria. Assim, o trabalho de extensão universitária não precisa estar restrito exclusivamente ao meio rural ou à sua adjetivação. Trata-se, na verdade, de uma fortaleza das universidades a possibilidade de desenvolver uma extensão multidimensional, muito mais ampla do que uma instituição dedicada exclusivamente à extensão rural.

Logo em seguida podemos observar um terceiro período de exportação da experiência estadunidense para a América Latina e a Europa. Nesse contexto, destaca-se um evento importante na Argentina: a Reforma de Córdoba. Esse movimento representa a busca das universidades por construir institucionalmente elementos que possibilitem uma extensão de qualidade. A reforma de Córdoba, ocorrida em 1918, é fundamental para compreender a identidade da universidade latino-americana, que se distanciou das instituições europeias e norte-americanas.

Nesse sentido, o paradigma da Reforma de Córdoba, que preconiza uma universidade de cunho social, ainda é vigente nas instituições de ensino superior da América Latina. Isso torna as universidades latino-americanas bastante distintas das europeias

e norte-americanas. A partir desse período, observamos, especialmente em países subdesenvolvidos, a criação de serviços nacionais de extensão rural e de extensão em geral, levando à separação dos serviços de extensão rural das universidades.

No Brasil, por exemplo, desenvolveu-se o Serviço Nacional de Extensão Rural, que atuava de forma independente das universidades. Isso ocorreu em parte porque, conforme menciona o professor Marcos Peixoto (2008), as universidades brasileiras ainda não estavam consolidadas, e muitas áreas subdesenvolvidas do país careciam de instituições de ensino superior.

Claro que na América Latina a extensão rural já existia em alguns países, mas, no Brasil, ela não fazia parte do ambiente universitário. Isso, acredito, é um fator determinante para que muitos colegas cultivem a ideia de que a universidade não deve se envolver com extensão rural.

Essa construção histórica de separação entre o Serviço Nacional de Extensão e a universidade no Brasil resultou em uma instituição voltada principalmente para a formação das elites. Esse contexto é determinante para a crença de que a universidade não deve se envolver em atividades de extensão rural. No final da década de 1970 e durante os anos 1980, observamos a decadência do Serviço Nacional de Extensão, um período que chamamos de "período crítico", caracterizado pela necessidade de repensar a extensão rural.

Mais recentemente, essa decadência gerou um pluralismo institucional, no qual muitas universidades reassumem papéis no campo dos serviços extensionistas, especialmente no contexto do desenvolvimento territorial e nos projetos voltados para os territórios rurais, destacando iniciativas como a do CNPq, que busca integrar esforços nesse sentido.

As universidades estão se posicionando como mediadoras no desenvolvimento dos territórios, utilizando um

pluralismo institucional que abre novas oportunidades para um trabalho mais abrangente nesse contexto. Nesse sentido, destaca-se a forte presença das universidades na qualificação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), especialmente em relação à reforma agrária, aos assentamentos e aos projetos de assentamento. Além disso, as universidades têm contribuído com experiências interessantes na qualificação, mediação e participação dos serviços de extensão rural de forma mais imediata através dessa arqueologia extensionista.

Fica evidente que, institucionalmente, existe um campo próprio em que a universidade desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento dos serviços de extensão. Nesse contexto, a extensão se torna indissociável das funções universitárias e acadêmicas, complementando o ensino e a pesquisa. Assim, na arqueologia extensionista, podemos identificar elementos que fazem parte dos conceitos e das noções de extensão rural, reconhecendo-a como um processo pedagógico.

Desde o período medieval, há um processo pedagógico muito evidente em andamento. Embora os métodos e formas de atuação tenham mudado ao longo do tempo, também se observa um processo científico, que busca levar e estender conhecimentos científicos à sociedade em geral, atuando fora dos muros da universidade.

Esse processo científico, promovido pela extensão e por meio da arqueologia extensionista, demonstra como a universidade influenciou a transformação das realidades rurais. Não se trata apenas da construção do conhecimento, mas também de um esforço estruturado voltado à transformação. É evidente que existe um processo crítico, uma busca por mudança e por melhorias, que se inicia no período moderno. A intenção é trabalhar em ambientes mais pragmáticos, fazendo com que o conhecimento oriundo das lições da agricultura, dos ilustrados e dos tratados de agricultura chegue, de alguma forma, à

sociedade, transformando as comunidades rurais de maneira significativa.

Trata-se de um processo acadêmico que envolve a construção do conhecimento e a institucionalização da extensão. A arqueologia extensionista revela como a construção acadêmica se desenvolve em conjunto com a extensão rural. Nesse contexto, o mundo acadêmico deve assegurar que esse conhecimento não apenas avance para a sociedade, rompendo os muros da universidade, mas também que, internamente, haja um ambiente de observação e qualificação acadêmica fomentado pela extensão.

Se considerarmos que vivemos hoje em uma sociedade praticamente totalizada pela ciência, onde tudo se decide com base em evidências científicas e onde o conhecimento é aberto e acessível de forma simples, a extensão se torna praticamente universal. O conhecimento, hoje, transforma a sociedade independentemente da presença de um agente específico. Isso gera um processo dialético, em que o saber não pode mais ficar restrito; as instituições acadêmicas estão e devem estar abertas, tornando-se cada vez mais dialógicas e dialéticas - apesar de muitas universidades ainda insistirem em se fechar em si mesmas.

Outro elemento dessa arqueologia extensionista é, como mencionei antes, a busca por mudança e transformação, um processo desenvolvimentista fundamentado em evidências empíricas, experimentais e no diálogo social. Trata-se sempre de buscar uma transformação que denominei aqui de "processo desenvolvimentista", inserido no roteiro histórico de construção do desenvolvimento, do crescimento econômico, do progresso, do desenvolvimento social e da multidimensionalidade do desenvolvimento.

Até alcançarmos o conceito contemporâneo de desenvolvimento, percorremos cerca de 200 anos de história bem documentada. A partir dessa arqueologia extensionista, que

se concentra na análise institucional, fica claro que tanto a extensão quanto a extensão rural são funções acadêmicas legítimas. Se essas práticas não são realizadas pelas universidades, isso ocorre por um mero exercício ideológico, e portanto, temos um trabalho interno de luta para concretizar isso.

Assim, avançamos para abordar certos conhecimentos que integram esse campo epistemológico extensionista, ou seja, as singularidades (Fig. 6). Quais são os saberes mais característicos da nossa prática, que pertencem ao campo das singularidades extensionistas e que, claramente, constituem um campo de estudo de natureza eminentemente extensionista?

Figura 6 - As singularidades extensionistas e a emergência do pluralismo mercadológico

Fonte: elaboração própria

Aqui, encontramos os estudos clássicos da extensão rural, remontando às décadas de 1910 e 1920, especialmente aqueles primeiros estudos da sociologia rural norte-americana. Quase todos os trabalhos que buscam resgatar a história da extensão rural mencionam esses estudos iniciais, como os que

abordaram a adoção do milho híbrido nos Estados Unidos e as redes interpessoais associadas.

Nesses estudos clássicos, já identificamos um elemento dialético fundamental que envolve agricultores, extensionistas e pesquisadores. Naquele período inicial da modernização agrícola, a figura do agricultor era predominantemente masculina, refletindo uma estrutura social mais machista e masculinizada.

Desde os primeiros estudos realizados pelas universidades norte-americanas no campo da sociologia rural, já se percebe claramente a constituição de uma singularidade extensionista. Essa relação não se limita a uma simples interação entre agricultores; ela envolve acadêmicos, pesquisadores, comunicadores e produtores. É uma dinâmica intrínseca que caracteriza a essência do processo extensionista. Essa singularidade pode ser abordada e estudada sob diferentes perspectivas, como a sociologia rural, a economia rural, e outras disciplinas que desejarem investigar as complexidades e interações presentes nesse contexto.

Vejo que existe um campo epistemológico próprio, em que se constitui uma singularidade extensionista voltada a entender essas relações e o impacto do conhecimento científico na transformação de realidades. Esse é o caso do milho híbrido: como ele é adotado pelas pessoas e como circula nas comunidades rurais. Esse núcleo central de conhecimento destaca a singularidade extensionista ao explorar a dinâmica dessas transformações.

É importante trazer outras contribuições significativas no campo da questão agrária, especialmente aquelas de Kautsky, Chayanov e Lenin, que analisaram profundamente as realidades rurais, enfocando as transformações que o capitalismo trouxe para os camponeses e agricultores da época. É importante ressaltar que eles não se enquadram diretamente como uma "singularidade extensionista". Isso ocorre porque seu foco está

mais ligado a uma análise antropológica e econômica do que à prática extensionista propriamente dita.

Entendo que é importante considerar o impacto da modernização no mundo rural. Existem autores que podem ser incluídos nessa discussão, pois suas obras abordam aspectos que se relacionam à singularidade extensionista. Mais adiante, nós temos os estudos da difusão de inovações tecnológicas.

Esse período caracteriza a extensão rural como uma fase de difusão de inovações, consolidando-se como instituição dentro das singularidades extensionistas, como temos discutido. Nesses estudos sobre a difusão de inovações tecnológicas, constrói-se a relação entre agricultores, agricultoras, extensionistas e pesquisadores, estabelecendo uma realidade extensionista própria. Essas relações visam modernizar determinadas realidades a partir de conhecimentos empíricos, promovendo um discurso de desenvolvimento, progresso e qualificação das sociedades rurais. É amplamente aceito que esses estudos de difusão de inovações tecnológicas constituem uma singularidade extensionista em si mesma.

Trago um momento em que nos encontramos com um campo epistemológico próprio: a crítica freiriana. A partir desses estudos críticos e da relativização do projeto moderno, identifico esse como o marco fundamental da criação da ciência extensionista. Freire, ao discutir extensão ou comunicação, nos apresenta um conceito central; o título de seu livro encapsula quase tudo que forma nossa singularidade extensionista. É evidente que devemos não apenas compreender o processo desenvolvimentista como algo natural, mas também realizar essa relativização do projeto moderno. Devemos nos enxergar como cientistas, técnicos e acadêmicos, questionando o que estamos fazendo pela sociedade, como nos comunicamos com ela e como os discursos desenvolvimentistas, acadêmicos e modernos nos afetam e influenciam a realidade.

É importante reconhecer que já existem críticas em

trabalhos anteriores, mas, de maneira convencional, destaco a singularidade extensionista da abordagem freiriana. Paulo Freire se torna, assim, o criador do campo epistemológico extensionista, tanto no que se refere à crítica que fez no passado quanto ao seu impacto no futuro. A partir dessa crítica freiriana, é possível avaliar e contestar abordagens extensionistas anteriores e posteriores. Essa perspectiva desconstitui nossas crenças em relação ao projeto moderno, promovendo uma relativização significativa das formas de comunicação e do que está sendo realizado nas realidades rurais, especialmente no que diz respeito ao conhecimento moderno e científico.

A partir desse contexto, observa-se um período de valorização da participação e a emergência de propostas de agricultura alternativa, incluindo, de maneira mais conceitual, a agroecologia. A agroecologia, portanto, representa um movimento que abrange todas as construções relacionadas à agricultura alternativa, bem como a ideia de um desenvolvimento rural.

Dentro do contexto da agroecologia e da sua emergência, esse período de estudos críticos e da relativização do projeto moderno nos proporcionou uma maior consciência sobre essa singularidade extensionista. Ele trouxe à tona a importância de um campo epistemológico próprio, dessa contracultura científica e uma autocrítica em relação aos modelos tradicionais. Assim, como extensionistas, somos levados a questionar continuamente a eficácia do discurso moderno e do discurso desenvolvimentista em promover melhorias diretas nas realidades rurais e, de modo geral, nas diversas realidades.

É nesse contexto que se estabelece, para mim, a fundação do campo epistemológico extensionista de modo consciente. Avançando a partir desse momento, começamos a explorar as estratégias multidimensionais do desenvolvimento. É óbvio que, nesse processo, surge a necessidade de compreender qual tipo de desenvolvimento desejamos seguir.

Nesse período, a crítica em relação a diversos modelos de desenvolvimento se torna extremamente rica, com o surgimento de várias vertentes, como desenvolvimento comunitário, desenvolvimento local, etnodesenvolvimento e ecodesenvolvimento. Assim, o conceito de desenvolvimento adquire uma natureza multidimensional, integrando-se às singularidades extensionistas, que buscam compreender como esses diferentes tipos de desenvolvimento transformam realidades e quais papéis os diversos atores sociais desempenham nesse processo.

Este é um período importante no campo das singularidades extensionistas. Embora outros campos científicos também estudem o desenvolvimento, como a sociologia do desenvolvimento, nosso propósito, dentro da epistemologia extensionista, é fazer uma crítica profunda aos conceitos e noções de desenvolvimento. Buscamos compreender, a partir do discurso, como se constroem os espaços dialógicos, ou seja, quais estruturas dialógicas emergem dos diversos discursos sobre o desenvolvimento e como isso repercute na prática. Quais mudanças ocorrem no cotidiano das realidades rurais devido a isso? Essas mudanças realmente trazem melhorias ou não? Trata-se de um processo hegemônico ou não?

Estamos diante de um grande debate sobre as estratégias multidimensionais de desenvolvimento. Nos últimos 10 a 15 anos, emergiu o período dos estudos sobre o desmantelamento estrutural (DIESEL et al., 2021), que reflete um contexto mais neoliberal, tanto internacionalmente quanto nacionalmente, na conjuntura extensionista. Observa-se, assim, um desmantelamento estrutural evidente, já reforçado teoricamente em artigos recentes. Podemos considerar esse desmantelamento estrutural como mais um período de singularidade extensionista, o que, para mim, destaca as nuances da emergência de um certo pluralismo mercadológico.

Nesse período de desmantelamento estrutural, observa-

se uma mudança significativa na dinâmica extensionista. Em vez de se concentrar em discursos amplos sobre narrativas modernas e desenvolvimentistas, o foco se desloca para a compreensão e a dedicação às relações mercadológicas. Esse fenômeno resulta em um processo de diferenciação mercadológica, amplamente discutido, por exemplo, por Cruz e Schneider (2010) no conceito de "Quality Turn". Assim, o extensionismo passa a se dedicar intensamente a essas questões nas realidades rurais.

O objetivo é fazer com que os produtos dos agricultores e agricultoras apresentem diferenciação, visando aumentar sua competitividade econômica. A busca por se destacar com produtos artesanais, de qualidade superior e com um maior cuidado na produção reflete um foco significativo dos estudos e práticas extensionistas. Essas iniciativas contribuem para que as realidades rurais se destaquem mercadologicamente em suas diversas expressões no campo da produção.

Na esteira desse processo, observamos a emergência dos mercados identitários e territoriais, que buscam associar os produtos a uma determinada identidade. Para mim, isso representa, analiticamente, o momento em que o fetiche da mercadoria se expressa em seu nível máximo, ao incorporar a identidade social dos produtores. Essa diferenciação avança, assim, para o campo identitário na construção dos produtos.

Geralmente, o campo identitário reforça aspectos sociais e pessoais das pessoas que compartilham esses movimentos de mercados identitários. De modo geral, ele se manifesta em produtos que se tornam consumíveis por aqueles que apoiam um determinado grupo identitário. Nesse contexto de diferenciação mercadológica, observamos um grande direcionamento para o mercado orgânico, bem como a construção de uma ideia de um mercado agroecológico

Assim, temos um foco na orientação extensionista para alcançar essa diferenciação mercadológica, promovendo um

pluralismo de ações e iniciativas. Há uma diversidade na estrutura extensionista, que se dedica a assessorar as realidades rurais no sentido de integrá-las a esses diferentes mercados. Além disso, será adicionada a esse componente uma integração digital mercadológica.

Podemos afirmar que é possível desenvolver uma ATER digital de caráter mais educativo e abrangente. No entanto, a meu ver, isso não é o que tem prevalecido. Atualmente, muitos sistemas digitais são criados para a comercialização online dos produtos, permitindo que agricultores e realidades rurais se insiram em lojas digitais. Assim, observamos uma integração digital mercadológica no campo da extensão rural, com uma estrutura digital sendo construída para oferecer produtos ao mercado. Isso está, também, relacionado à decadência das metanarrativas sistêmicas.

Apesar de desejarmos uma metanarrativa rígida, bem definida e que conecte nossa produção agrícola a um propósito maior de desenvolvimento rural sustentável ou à busca por qualificação da sociedade, essas metanarrativas estão cada vez mais escondidas e veladas nas relações entre extensionistas e produtores.

Os produtores estão, de fato, muito mais focados no produto e no mercado em que desejam se inserir. Atualmente, nenhum agricultor assume simplesmente uma metanarrativa para transformar sua propriedade. Na prática, eles modificam suas propriedades com base nas demandas do mercado, e não a partir de uma metanarrativa. Essa realidade é o que pauta a ação extensionista.

Atualmente, a ação extensionista se evidencia principalmente dentro das instituições, onde profissionais são designados para trabalhar com produtos específicos. Em instituições públicas e privadas, é comum encontrar extensionistas especializados em diferentes mercados, como o da soja, da fruticultura, do orgânico ou das feiras. Assim, as

instituições selecionam profissionais para trabalhar de forma mais específica, a partir dos mercados que estão estabelecidos para aquelas realidades rurais.

Considerando o contexto contemporâneo de transformação, especialmente no período de desmantelamento estrutural, percebo nuances e evidências que indicam que o pluralismo institucional anteriormente baseado em metanarrativas sistêmicas sobre o desenvolvimento rural sustentável está sendo gradativamente substituído por um enfoque mais mercadológico. Assim, as instituições, que já são plurais e diversas, não se concentram mais nas metanarrativas, mas sim nos mercados que orientam a atuação dos profissionais que oferecem assessoria. Esse movimento também se torna evidente nas universidades, onde se observa uma mudança similar.

A partir disso, menciono a citação de Diesel e colaboradores (2021, p. 630), ao afirmarem que *“foi verificada a tendência a dar preferência às modalidades educativas baseadas em enfoques teóricos e metodológicos liberais, em desfavor dos críticos”*. Percebo um componente mais liberal, com foco no mercado, que se projeta para um futuro próximo, em 10 anos, no campo da extensão rural. Como mencionei anteriormente, essa não é a perspectiva que defendo nem o que gostaria de observar, mas é, de fato, o que tenho presenciado nas diversas realidades que tenho circulado.

Talvez estejamos nos direcionando para o campo do pluralismo mercadológico. Toda essa análise que realizamos aqui, focando em entender a regionalização epistêmica e epistemológica da extensão, assim como suas singularidades epistemológicas próprias, configura um campo de conhecimento próprio. Dessa forma, avançamos para um prognóstico, embora provavelmente falível, para os próximos 10 anos. Com isso, compreendo que a extensão rural, enquanto ciência e campo epistemológico, possui uma tríade metodológica própria.

Temos uma tradição de tentar entender e construir nossos estudos com base em três focos de análise. O primeiro é a estrutura discursiva, ou seja, procuramos identificar qual discurso está mediando essas práticas. Por exemplo, podemos citar o discurso do desenvolvimento rural sustentável. Buscamos analisar esses discursos de maneira abrangente, criando uma estrutura discursiva que seja crítica e autocrítica, abordando os conceitos e noções que interagem nas realidades cotidianas.

A partir disso, também buscamos entender as estruturas biológicas, ou seja, quais são as bases da rede de pessoas que buscam a transformação social. A estrutura discursiva que analisamos é sempre aquela que propõe uma mudança social. Essas transformações emergem de uma estrutura dialógica, que envolve os ambientes e espaços de diálogo criados entre as pessoas envolvidas nessas iniciativas. Quais colegiados, reuniões e tipos de iniciativas dialógicas são estabelecidos para que esse discurso funcione? Assim, confirma-se uma estrutura cotidiana.

Essa é a tríade epistemológica extensionista: entender o discurso, investigar a materialidade dialógica que ele gera - ou seja, quais instituições, espaços, eventos e iniciativas são promovidos - e, por fim, analisar como isso realmente se transforma na vida cotidiana das pessoas (Fig. 7). Como campo epistemológico extensionista, não nos contentamos em simplesmente acreditar em um determinado discurso ou metanarrativa; buscamos testá-los e compreender o que o desenvolvimento rural sustentável realmente gera em termos de espaços dedicados.

Figura 7 - A tríade epistemológica extensionista.

Fonte: elaboração própria

Em termos de espaços, estamos nos referindo a estruturas como reuniões, eventos, dias de campo e intercâmbios. Cada estrutura discursiva, por si só, carrega uma estrutura dialógica, que repercute na estrutura cotidiana das pessoas, influenciando suas ações diárias e suas realidades. Isso pode ser benéfico ou prejudicial para cada indivíduo. A maneira como uma pessoa participa de sua cotidianidade imediata em relação a esse discurso e a essa estrutura dialógica se insere em um campo de análise circular, claro, logicamente.

A proposta epistemológica que apresento é o pragmatismo dialético, uma abordagem que reflete o universo das ideias derivadas, principalmente da atividade científica. O objetivo é analisar e realizar um contraponto científico, promovendo uma autocrítica da ciência. A maioria dos discursos que circulam atualmente no campo da extensão rural tem origem científica.

Mesmo a agroecologia, que sabemos ter uma interação entre o tradicional e o científico, é, em essência, uma construção

científica. Por isso, não podemos desconsiderar o protagonismo da ciência nesse campo. Nosso objetivo é entender como esses discursos e ideias, oriundos da atividade científica e dos processos de modernização e desenvolvimentistas, se evidenciam em um diálogo social voltado para a transformação das dinâmicas existenciais. Buscamos compreender as falas das pessoas, os significados que elas atribuem à participação nessas estruturas e as experiências que elas vivenciam. Essa busca por compreensão é fundamental para o campo epistemológico extensionista.

Para finalizar, gostaria de expressar minha gratidão. O uso do termo "pluralismo epistemológico" foi uma escolha intencional para trazer um toque de leveza à nossa discussão, algo que inclusive achei engraçado. Para encerrar, compartilho uma citação que encontrei em um único trabalho que traz o binômio "pluralismo mercadológico" (Fig. 8). Este estudo realizado por Ribeiro (2005) *apud* Barbosa (2013, p.32) traz uma análise weberiana sobre o neopentecostalismo e afirma: "Não há um jogo entre uma religião dominante, tida como legítima e movida pela ação contestatória do profeta ou do mago, mas um pluralismo mercadológico, uma competição entre os grupos religiosos pela preferência do fiel e do consumidor." Muito obrigado!

Figura 8 - O pluralismo mercadológico.

Fonte: elaboração própria

Prof. Ezequiel Redin

Parabéns Silvio pela abordagem aprofundada e complexa, como sempre. Desde as nossas jornadas do mestrado ao doutorado, você tem se dedicado a reflexões essenciais para o campo da extensão. Muitas vezes, nos deixamos levar pela prática diária e esquecemos de pensar criticamente sobre nossa atuação como extensionistas. Você tem feito isso com grande maestria.

É gratificante saber que a sua apresentação está alcançando tantas pessoas, com participantes de diversas regiões do Brasil, desde São Paulo e Paraná até o norte do país.

Agora, passo a palavra para o Prof. Zuin, e em seguida, quero provocar um debate com o Silvio. Tenho certeza de que ele tem uma grande bagagem para enriquecer nossa discussão sobre a extensão nas universidades.

Prof. Luís Fernando Soares Zuin

Silvio, realmente sua palestra foi excelente! Fico feliz em saber que estamos alinhados em várias questões. O referencial teórico que utilizo também se baseia em Paulo Freire, além de Mikhail Bakhtin

Estudamos os processos de ensino-aprendizagem nos territórios rurais à luz das ideias de Bakhtin e Freire. Bakhtin afirma que me constituo na relação com o outro; nunca me constituo sozinho, mas sempre em interação com o outro². Uma boa parte da sua palestra, que achei muito interessante, chamou a atenção para a questão do eu-outro no ambiente interacional da extensão rural.

No atual momento histórico, a universidade está buscando se comunicar cada vez mais com a sociedade - seja como sujeito ou como instituição - quando ela fica distante, ela não se constitui com e pelo outro, mesmo em relação a sua pesquisa ou ensino. Isso se aplica, especialmente, ao âmbito da produção agropecuária, aos territórios rurais e às relações das pessoas que vivem e trabalham no campo. Essa desconexão com esse outro é algo que eu não compreendo muito bem em alguns espaços da academia, especialmente em alguns que atuam nas Ciências Agrárias. Quando você em sua palestra menciona que “a universidade, hoje, quer dicotomizar a extensão universitária da extensão rural”, isso gera um conflito em minha mente que eu não consigo entender.

Não consigo entender essa separação, porque, ao sair do portão da universidade e interagir com o mundo externo, para mim, tudo é integrado. Não é possível separar as experiências; do ponto de vista pragmático, não consigo diferenciar um encontro do dia a dia nos territórios rurais - seja do professor, do pesquisador ou de qualquer outro profissional. Essa separação simplesmente não faz sentido para mim.

² BAKHITN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Como você observou em sua palestra, eu entendo como essa dicotomia ocorre dentro das universidades, pois faz parte do nosso cotidiano. Mesmo sendo dialógicos - como eu e você - posso afirmar que, atualmente, a uma parte da minha pesquisa se concentra nos caminhos que permeiam a transferência de tecnologia entre órgãos de pesquisa, universidade e agricultores. A academia realiza pouco a pesquisa colaborativa com a comunidade por uma série de razões. Embora busquemos uma transferência que seja dialógica e que envolva discussões com o outro, utilizando uma metodologia mais colaborativa, somente em algumas vezes conseguimos efetivar isso na nossa prática como pesquisadores e extensionistas, na sua totalidade das relações. Essa é uma questão que gostaria de propor para discussão: mesmo quando somos dialógicos, como eu, é muito desafiador desenvolver algo em conjunto com as pessoas nos territórios rurais. Acredito que hoje isso seja ainda mais complexo, embora esteja mudando rapidamente, com o uso da comunicação digital, felizmente.

Só para compartilhar, eu sempre comento isso, e não será a primeira vez que menciono quanto ao título do livro do Paulo Freire, “Extensão ou Comunicação?”. Caso eu tivesse a oportunidade de conversar com ele - quem sou eu para opinar sobre algo que ele escreveu? - mas, se um dia pudesse, diria: “Paulo, por favor, coloca educação em vez de comunicação”.

Quando você abre o livro, os leitores encontram pouco sobre comunicação; o seu foco é a educação. Algumas pessoas do nosso campo, não percebem que o livro fala de educação. E o mesmo se aplica aos outros livros que ele escreveu, todos centrados na educação. É importante lembrar o contexto histórico em que ele estava inserido no momento que escreveu o livro “Extensão ou Comunicação?": Paulo atuou no Ministério da Agricultura durante o governo do presidente Allende, no Chile, e ênfase do seu trabalho era comunicação rural, por isso eu acredito que o título do livro foi uma consequência natural de sua

realidade, neste seu momento de trabalho. No entanto, quem sou eu para criticar o trabalho dele? Sua obra é incrível! Maravilhosa! E os outros livros que ele escreveu também são magníficos, tão valiosos quanto!

Uma reflexão que gostaria de levantar é sobre como se é possível dicotomizar a extensão universitária da extensão rural, principalmente para as ciências do campo: sinceramente, não consigo entender isso. Essa dicotomia parece criar barreiras que dificultam a interação entre esses dois mundos da academia e campo. Não consigo visualizar um argumento convincente que justifique essa separação. Para mim, a interconexão entre a academia e os territórios rurais deve ser reconhecida e valorizada, pois ambas as áreas se enriquecem mutuamente por meio do diálogo e da colaboração.

Prof. Silvio Calgaro Neto

Um pouco dessa resposta, eu também não sei. Para mim, os termos "universitário" e "rural" são adjetivos que qualificam o núcleo central, que é a extensão. Em parte, já abordei essa questão durante a palestra. Ao longo de conversas com mestres e orientadores que me guiaram no campo da extensão, cheguei à conclusão de que essa dicotomia é, de fato, um viés político e ideológico. Não existe uma sustentação teórica sólida que a justifique dentro do contexto das funções universitárias; o que prevalece é uma fundamentação política e ideológica.

Chegou um momento em que a universidade se eximiu de seu papel na extensão. Estruturas extensionistas robustas já existiam dentro do Serviço Nacional de Extensão, com um corpo extensionista bem formado e proveniente de várias instituições. A EMBRATER, entre outras, já estava bem estabelecida nesse cenário. É importante ressaltar que não podemos perder de vista a contemporaneidade dos fatos e elementos dessa época,

embora eu não tenha vivido esse período.

É possível que, naquele momento, essas pessoas tenham decidido que a participação deveria ocorrer de outra forma, transferindo a responsabilidade da extensão rural para essas instituições, em vez de mantê-la nas universidades. Para mim, isso representa um equívoco histórico e uma decisão errada, que nos coloca em um campo mais liberal.

Além disso, essa abordagem liberal nos impede de participar e de nos constituirmos estruturalmente como uma instituição capaz de realizar a extensão. Hoje, isso nos cobra um preço caríssimo, pois as universidades não estão preparadas para conduzir um trabalho de extensão de maneira sistemática, científica e de qualidade. O foco está muito mais voltado para a pesquisa, especialmente na pós-graduação, e os estudos de mestrado e doutorado têm prioridade, enquanto a graduação se encontra enfraquecida. Nesse contexto, a extensão se tornou o "patinho feio" das instituições universitárias, relegada a um canto, o que representa um preço histórico decorrente dessa decisão política.

Atualmente, isso nos exige um esforço muito maior e mais amplo, incluindo a necessidade de dialogar com nossos pares para que compreendam a importância de desenvolver uma estrutura extensionista que já não se limita ao ambiente acadêmico ou universitário, como uma ideia de mudar a instituição, de criar uma instituição capaz de fazer isso.

Tivemos uma grande oportunidade com a curricularização da extensão, mas as universidades adotaram uma postura predominantemente liberal. Nesse contexto, identifique-me mais com o viés do professor Humberto Tommasino, da Universidade da República. Ele, juntamente com o grupo dessa universidade e outras instituições latino-americanas, defende que as universidades devem assumir o papel de realizar a extensão rural, qualificando suas estruturas para cumprir essa função. Além disso, que construam suas

estruturas dentro do campo do ensino.

Atualmente, ao trabalhar no campo da ciência da complexidade e considerando as dinâmicas contemporâneas de acesso ao conhecimento, não faz mais sentido ficar nas salas de aula apenas transmitindo conteúdos por meio de slides em tela. Os alunos, que são adultos em formação nas universidades, têm acesso a essas informações na palma da mão, a qualquer momento.

Limitar-se a apenas transferir informações aos estudantes é um modelo ultrapassado. A curricularização da extensão representa uma oportunidade de reintegrar as universidades como instituições também dedicadas à extensão rural de maneira estruturada e dentro do componente de ensino. Dessa forma, é viável que possamos nos deslocar até as realidades rurais e sociais, buscando compreender as problemáticas que momentaneamente essas comunidades enfrentam no dia a dia.

A partir disso, podemos moldar a formação dos estudantes com base nas problemáticas que surgem na realidade cotidiana, permitindo que trabalhem os conteúdos teóricos sem que eles sejam o foco principal da formação. Tivemos, e ainda temos, essa oportunidade de promover uma renovação na estrutura universitária para que ela assuma esse papel.

Por outro lado, nos tornamos como críticos do ar-condicionado: apenas observamos e criticamos as instituições, como a Emater, que estão realizando a extensão rural. Mas a pergunta que se impõe é: onde está a nossa contribuição? Qual é a nossa capacidade de atuar efetivamente na extensão rural dentro das universidades?

E digo mais, acho que ninguém teria mais possibilidade de fazer a extensão rural com qualidade e a longo prazo, sofrendo menos as intempéries políticas e estruturais da sociedade do que a universidade.

As universidades são instituições que se consolidaram historicamente, o que lhes confere uma capacidade única de atravessar períodos de intempéries, incluindo fases mais liberais de governos que promovem a desconstrução das instituições. A universidade tem condições de resistir a esses processos devido à sua persistência histórica. Observamos o desmantelamento das estruturas extensionistas, e, se essas estivessem mais integradas às universidades, o impacto seria menor.

Conseguimos traçar uma linha histórica de construção de uma abordagem extensionista, sem intenção de ocupar o lugar de outras instituições, que são igualmente necessárias, importantes e, em muitos aspectos, ainda mais fundamentais. Nossa proposta, entretanto, parte de uma abordagem diferente, marcada por uma relação muito mais próxima entre inovação social e inovação tecnológica, inserida numa dialética mais estreita entre o ambiente de inovação e o contexto onde essa inovação efetivamente impacta a realidade cotidiana.

Acredito que isso é fundamental para o desenvolvimento econômico do país, pois qualquer pessoa que tenha uma análise básica de macroeconomia entende que o sucesso macroeconômico de uma nação é determinado pela capacidade de inovação e pela habilidade de se sustentar frente a ciclos de destruição inovativa. Adotando uma abordagem schumpeteriana, podemos afirmar que, a longo prazo, o que realmente determina o sucesso de uma sociedade é a velocidade com que a inovação é disseminada e incorporada, permitindo que essa sociedade se posicione à frente do processo dinâmico e competitivo que tem a economia capitalista.

A separação que estabelecemos, enquanto instituição universitária, entre os processos inovativos e a sociedade resulta em um custo para o desenvolvimento econômico do país. Essa desconexão, evidenciada pela falta de uma estrutura extensionista, atrasa a transferência de inovações, colocando-nos em desvantagem na competitividade econômica

proporcionada pelo capitalismo.

Observamos uma realidade bastante diferente. Embora atualmente existam propostas como incubadoras, essa ainda é uma situação embrionária. Precisamos que as instituições se dediquem de fato a essa integração, como acontece em vários países, onde a relação entre inovação tecnológica e inovação social está intimamente vinculada às instituições acadêmicas. Essa conexão proporciona uma dialética muito mais acelerada daquela que temos aqui.

Portanto, Prof. Luís Fernando Soares, eu percebo que, embora a sua pergunta seja complexa, não temos argumentos teóricos que justifiquem a separação entre extensão universitária e extensão rural; apenas argumentos ideológicos.

Prof. Ezequiel Redin

Eu gostaria de fazer uma observação para quem não conhece o Silvio: somos colegas desde 2009, quando iniciamos juntos o mestrado e depois o doutorado. Atualmente, ele é editor da Revista Científica de Extensão Rural de Santa Maria. Temos um grande desafio pela frente: conseguir artigos de qualidade para essa área. Como mencionado, hoje em dia, na área de extensão rural, é difícil encontrar trabalhos relevantes. Precisamos contar nos dedos os estudos sobre metodologias e outros temas relacionados.

Eu ia fazer uma provocação, mas vou deixar para depois e passar a palavra adiante, pois o Silvio tocou em um ponto importante que gostaria de discutir com nossos convidados. Não podemos monopolizar a conversa entre nós três, já que temos uma audiência bastante diversificada assistindo, incluindo pessoas da Unesp, Unesp, UFFS, IDR Paraná entre outras.

Prof. Silvio Calgato Neto

No contexto em que estou vivendo, na Universidade Federal de Sergipe, vejo as empresas júniores inseridas no paradigma que atualmente defino como pluralismo mercadológico, com um enfoque predominante em produtos, mas no ambiente de construir tecnologia. Assim, não percebo as empresas júniores, como mencionado, dentro de uma dinâmica pedagógica que seja verdadeiramente extensionista.

Portanto, poderíamos caracterizar as empresas júnior, embora eu não goste dessa definição, como estando mais no campo da assistência técnica do que no da extensão rural em seu sentido mais estrito. No entanto, considero pertinente e interessante a construção dessas empresas, que muitas vezes refletem a posição dos docentes e orientadores. Os estudantes, embora não atuem exclusivamente dessa maneira, frequentemente direcionam essas empresas para realizar um trabalho mais voltado à assistência técnica. Mesmo entendendo que muitos processos e práticas extensionistas, em seu sentido mais estrito, têm início na assistência técnica.

Às vezes, em um diálogo de assistência técnica, é possível que a pessoa avance e transforme esse processo em uma experiência educativa, pedagógica. No entanto, percebo que as empresas júniores carecem de metodologias integrais no sentido da extensão rural. Elas oferecem produtos, mas ainda operam em um componente pouco crítico, por assim dizer. Contudo, não se deve resumir esse espaço apenas a isso.

Isso destaca, talvez, a nossa necessidade, enquanto instituição universitária, de qualificar esses espaços e desenvolver um trabalho com essas empresas, visando aprimorar suas abordagens teórico-metodológicas. Por si só, a condição de ser uma empresa júnior não representa uma barreira nesse contexto. Acredito que é interessante a iniciativa dos estudantes que atuam nesse ambiente, mas as abordagens

teórico-metodológicas ainda se concentram mais na assistência técnica, refletindo uma preocupação predominante. Vejo isso como um reflexo da abordagem liberal que consolidamos na universidade em relação à extensão rural.

Enquanto apresentava, seus pensamentos certamente surgiram e foram refletidos em seus comentários. Concordo plenamente que, como instituições acadêmicas, as universidades brasileiras sempre foram espaços elitistas. No entanto, reconheço que existe um racismo estrutural que influencia a formação de nossas instituições, refletindo uma problemática histórica. Essa "elite do atraso" nos impõe desafios significativos para a transformação desses processos ao longo do tempo. Contudo, também percebo que as universidades têm passado por mudanças significativas nos últimos 20 ou 30 anos.

Vejo que realmente acessamos novas dimensões, e a universidade mudou sua aparência e imagem. No entanto, muitas vezes ainda nos submetemos a processos estruturais anteriores. Evidentemente, as instituições universitárias passaram por essa transição e transformação, com um acesso público mais abrangente, mas essa mudança ainda não está totalmente consolidada. É necessário, portanto, popularizar ainda mais os ambientes universitários para construir uma nova história. Minha preocupação surge a partir dessa reflexão, pois tivemos e ainda temos a oportunidade de realizar essa transformação, por exemplo com a curricularização da extensão. Assim poderíamos melhorar os currículos e promover uma transformação estrutural mais abrangente, traçando um direcionamento para o futuro, mas também não foi o que ocorreu.

Portanto, não serão as vozes do passado das instituições universitárias que mudarão essa estrutura; são as vozes do presente e do futuro. À medida que ocupamos esses espaços, não devemos nos deixar cooptar, como diria Florestan Fernandes, devemos lutar pela transformação das instituições universitárias. Uma crítica que faço refere-se à carta do Fórum

Nacional de Professores de Extensão Rural, que, a meu ver, se exime dessa responsabilidade e não busca relacionar a extensão rural com a extensão universitária. Essa posição me preocupa.

Como mencionei, assinei a carta porque, de maneira corporativista, apoiamos e promovemos esses debates. Vejo que essa é uma posição majoritária dentro do campo democrático. Às vezes, é necessário alinhar-se à maioria para fortalecer aquele espaço. No entanto, reconheço que, na perspectiva de muitos colegas, não é nossa responsabilidade. Ideologicamente, eles acreditam que a estrutura universitária não deve ser transformada para esse fim.

Não podemos deixar nos cooptar, o racismo estrutural formou as nossas instituições, cunhou uma abordagem, vamos dizer assim, uma experiência que as universidades viveram no passado era realmente de uma presença elitista da sociedade, mas também não podemos negar que a gente viu uma mudança em relação a isso a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O grande problema, porém, é que essa mudança ainda não se refletiu na estrutura universitária.

Quem sabe, para os mais jovens, para o futuro e para nós que estamos dentro, seguir lutando de modo a aproximar cada vez mais a universidade das realidades rurais com um viés mais crítico.

Sim, acredito que houve uma repercussão na universidade, levando à redução das pesquisas e das abordagens metodológicas. Também observamos que esse contexto ultraliberal afetou as universidades ao acabar com as experiências embrionárias que tínhamos para qualificar essas construções metodológicas da extensão rural.

Como mencionei durante a apresentação, tivemos uma aproximação significativa entre as universidades e a ATER nas experiências de reforma agrária, tanto na assessoria a projetos de reforma agrária quanto nas abordagens voltadas para o

desenvolvimento dos territórios. Em determinado momento, as universidades se fortaleceram e ocuparam melhor esses espaços, construindo feiras agroecológicas e outras iniciativas. No entanto, essas ações foram atacadas, por assim dizer, pelo contexto ultraliberal. Acredito que realmente houve uma decadência dessas iniciativas em decorrência desse cenário, pois, assim como as instituições de extensão rural enfrentaram dificuldades, as universidades também sofreram impactos negativos no campo da extensão rural.

Acredito que os olhares para as construções metodológicas realmente sofreram um enfraquecimento, favorecendo uma abordagem que denominei de pluralismo mercadológico. Observamos que o foco das pesquisas em extensão rural não está tão associado às construções metodológicas ou às abordagens teórico-pedagógicas. Em contrapartida, há uma evidência de crenças, pouco críticas, em discursos relacionados à qualificação, diferenciação produtiva, mercado orgânico, mercado identitário e outros segmentos, como se essas fossem a solução para os problemas enfrentados. Essa situação resultou na perda do componente crítico, criando uma atmosfera mais liberal no ambiente da extensão rural.

É desafiador afirmar com certeza se essa situação realmente prejudicou as instituições, pois seria necessário um trabalho de sistematização mais aprofundada para compreender suas repercussões, considerando que isso é relativamente recente. No entanto, percebo que tanto as instituições oficiais de extensão rural quanto as universidades sofreram com esse período ultraliberal, que as atacou de diversas formas. Não se limitou apenas ao contexto do trabalho dos extensionistas; também enfrentamos um ataque profundo em termos estruturais e ideológicos. De maneira geral, todas as instituições públicas passaram por um certo abalo nesse processo.

Prof. Ezequiel Redin

Você poderia nos contar sobre aquela atividade que você desenvolve na Universidade Federal de Sergipe (UFS)? Não se trata exatamente de uma disciplina, e seria interessante para o pessoal entender a origem dos seus estudos e experiências. Por favor, compartilhe!

Prof. Silvio Calgaro Neto

Agradeço os comentários. Não sei se consegui me expressar claramente, mas concordo que nenhum campo pragmático, prático ou cotidiano está livre de ideologia. O que quis enfatizar em relação à decisão ideológica é que é, de fato, uma escolha ideológica a decisão da universidade de se afastar ou de não se engajar como uma instituição oficial de extensão rural. Da mesma forma, optar por participar também é uma decisão ideológica. Portanto, em qualquer circunstância, sempre haverá uma dimensão ideológica envolvida.

Gostaria de compartilhar uma experiência que considero bastante interessante e inovadora no campo do ensino nas universidades federais: a experiência do campus do Sertão. Este campus está localizado no município de Nossa Senhora da Glória, em Sergipe, a cerca de 100 quilômetros da capital, Aracaju. Sergipe é um dos menores estados do Brasil e, especificamente, Nossa Senhora da Glória encontra-se quase no extremo oeste do estado.

O campus é uma extensão da Universidade Federal de Sergipe e foi estabelecido através da luta dos movimentos sociais. Vale ressaltar que quase 50% do território do sertão sergipano é ocupado por assentamentos de reforma agrária, o que configura essa região como a maior concentração de assentamentos de reforma agrária em um único território brasileiro.

Nesse contexto, o território foi subdividido por meio de um processo de reforma agrária abrangente. Os movimentos sociais que atuam na região, lutando pelo desenvolvimento local, também se mobilizaram para trazer uma universidade pública, ou pelo menos uma extensão universitária, para aquela área. Assim, em uma iniciativa política da Universidade Federal de Sergipe, o Campus do Sertão foi estabelecido com foco nas ciências agrárias. Atualmente, o campus oferece quatro cursos: agronomia, medicina veterinária, zootecnia e agroindústria.

Os cursos têm como objetivo apoiar o desenvolvimento do território. O Campus do Sertão, inaugurado em 2013, possui uma particularidade significativa: é o primeiro campus do Brasil a adotar um currículo inteiramente pautado em metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Isso significa que não utilizamos modelos pedagógicos tradicionais, mas sim abordagens que favorecem a participação ativa dos alunos. Entre as metodologias empregadas, destacam-se a aprendizagem baseada em problemas, a aprendizagem baseada em projetos e a pedagogia da problematização, conforme o modelo do arco de Maguerez.

No Campus do Sertão, dialogamos com diversos modelos pedagógicos que não são tão comuns nas universidades. Aqui, as aulas tradicionais, como as conhecemos - com professores na frente da sala e alunos apenas ouvindo - praticamente não existem. Os modelos pedagógicos que adotamos apresentam sequências distintas no processo de ensino-aprendizagem, com passos específicos que são bem teorizados e amplamente reconhecidos. Desde 2013, o campus também implementou a curricularização da extensão, consolidando essa abordagem no currículo.

No meu trabalho, atuo em um módulo multidisciplinar onde os quatro cursos mencionados - agronomia, medicina veterinária, zootecnia e agroindústria - são integrados em uma única sala de aula. Esse módulo é chamado de Ações Integradas

em Ciências Agrárias e abrange toda a formação dos alunos, desde o primeiro até o quarto ano. Aproximadamente 20% do currículo é dedicado à extensão curricularizada.

Eu tenho trabalhado com a pedagogia da problematização, utilizando o arco de Magueréz. Para resumir e simplificar essa abordagem, combinamos componentes teóricos e práticos. O objetivo inicial está relacionado a alguma comunidade ou realidade rural. Como há uma presença significativa de assentamentos de reforma agrária na região, mantemos um vínculo forte com os projetos de assentamento e compartilhamos essas experiências. Assim, partimos para os assentamentos, comunidades rurais ou mesmo cooperativas e associações de produtores.

Essas experiências evoluem ao longo do tempo. A ideia é que, nesse método pedagógico, partamos de uma realidade específica e realizemos um diagnóstico dessa situação. Assim, fazemos uma primeira interação com essa realidade e, a partir dela, trabalhamos com os estudantes metodologias participativas. Também abordamos um pouco do histórico da extensão rural, comparando os diversos modelos e explicando aos alunos as razões para a utilização dessas metodologias participativas.

Utilizando um conjunto de técnicas e métodos participativos, nos aproximamos das realidades rurais e dialogamos com os atores sociais. Realizamos um levantamento e um diagnóstico básico dos projetos de assentamento, estabelecendo uma interação com as pessoas nas comunidades rurais. A partir disso, iniciamos um diálogo para priorizar os problemas e decidir quais serão os focos do nosso trabalho, com o objetivo de promover tanto a formação dos estudantes quanto o desenvolvimento do projeto de assentamento na comunidade ou na cooperativa

A partir desse diagnóstico, os estudantes elaboram projetos voltados para abordar os problemas identificados nas

realidades rurais. Geralmente, ao final do primeiro ano, eles apresentam uma proposta de projeto para ser executada no ano seguinte. Assim, esses projetos são formalizados e, em um ano subsequente, podemos retornar à comunidade, caso haja interesse por parte dela em dar continuidade ao trabalho, para tentar implementar essas ações

Para nos aproximarmos das realidades rurais, também abordamos componentes teóricos relacionados à sociologia rural, extensão rural e administração rural. Ao longo dos quatro anos, os estudantes seguem uma sequência curricular que os permite adquirir conhecimentos abrangentes no campo das ciências sociais aplicadas, ou, mais especificamente, nas ciências sociais agrárias

Como é um campo específico das ciências agrárias, não me preocupo, como professor, em esgotar todos os componentes teóricos relacionados a temas como, por exemplo, a questão de gênero no campo. Quando os estudantes se inserem nessas realidades rurais, eles inevitavelmente se deparam com essas questões, como a sucessão familiar rural e outros fenômenos que abordamos nas ciências sociais agrárias.

A partir da realidade que os estudantes vivenciam, onde eles experienciam fenômenos cotidianos, retornamos à sala de aula para discutir o conteúdo teórico relacionado. Geralmente, essa é a nossa abordagem. No entanto, nossa estrutura institucional ainda não está totalmente preparada para executar esses serviços, e enfrentamos diversos desafios, como a logística de transporte para levar os estudantes até os locais e garantir uma participação ativa nas comunidades e realidades rurais.

Além disso, é importante gerenciar as expectativas dessas comunidades, que muitas vezes acreditam que, ao receber a visita da universidade, um projeto será implementado e recursos serão trazidos. Precisamos administrar e mediar essas expectativas de forma cuidadosa.

De modo geral, considero essa estrutura pedagógica muito interessante. Ela impõe um desafio significativo à extensão curricularizada dentro do componente curricular, superando a exigência mínima da universidade, que atualmente é de 10%. Em nosso caso, essa carga chega a 10%, 15% ou até 20%. Os estudantes se sentem muito mais motivados, pois percebem que estão trabalhando para resolver problemas reais. Eles entram em contato com o campo, conhecem as diversas problemáticas e, a partir desse entendimento, tentam desenvolver projetos e iniciativas concretas.

Entretanto, não é obrigatório que os projetos sejam desenvolvidos; isso depende da abordagem pedagógica que estamos adotando e da interação com a comunidade.

Um pouco disso é a proposta político-pedagógica do Campus do Sertão é estabelecer contato com as realidades rurais e os assentamentos, visando compreender e aproximar os processos de inovação dessas realidades. A partir desse entendimento, busca-se também desenvolver projetos de pesquisa que sejam mais territorializados e relevantes para as problemáticas locais.

Quero citar um exemplo interessante. No meu primeiro ano no campus, visitei um assentamento de reforma agrária na região, onde havia um projeto de instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) anteriores. A comunidade já enfrentava um processo de desmantelamento, sem assistência técnica há dois ou três anos. Ao chegarmos lá, encontramos esta situação.

Nesse contexto, um exemplo simples, mas revelador, é a presença de biodigestores, que são câmaras de biogás utilizadas para a gestão do esterco bovino em uma região voltada para a pecuária leiteira. Com o esterco, é possível produzir biogás, que pode ser usado como gás de cozinha ou para alimentar um gerador a gás, por exemplo, para gerar energia elétrica.

Quem trabalha com gado leiteiro tem uma abundância de

esterco bovino. No entanto, ao chegarmos naquele assentamento, constatamos que os projetos de convivência com o semiárido que haviam sido implementados para a construção dos biodigestores estavam enfrentando sérias dificuldades. Dois ou três anos depois, muitos desses biodigestores estavam parados, sucateados; alguns ainda funcionavam, mas a maioria não estava em operação.

Fomos a essa comunidade, onde o interesse era resgatar os biodigestores. Assim, iniciamos um trabalho de recuperação, dialogando com os moradores para entender suas necessidades e as problemáticas ambientais. A recuperação dos biodigestores não apenas evitaria o uso de lenha, mas também garantiria um direcionamento adequado dos dejetos animais. O resíduo resultante do biodigestor poderia ser transformado em biofertilizante, utilizado nas hortas locais.

Essa abordagem abriu uma série de temáticas para os estudantes se envolverem. Ao final do ciclo letivo, os alunos do primeiro ano elaboraram um projeto para construir mais biodigestores na comunidade, que foi aprovado e recebeu um financiamento de 100 mil reais.

O potencial do projeto é evidente, pois, a partir do diagnóstico da realidade, identificamos diversas problemáticas territoriais que se consolidam e permitem à universidade desenvolver uma série de outros projetos. O projeto dos biodigestores continua em execução até hoje, e atualmente estamos colaborando com escolas rurais, que auxiliam na gestão desses biodigestores. Essa integração envolve o ensino fundamental, abordando conhecimentos de física, matemática e química, proporcionando uma experiência educacional rica e prática para os estudantes.

Para dimensionar esses biodigestores, os professores iniciam um trabalho que abre um novo mundo. Quando as universidades adotam uma proposta pedagógica que integra a curricularização da extensão ao ambiente cotidiano, surgem

oportunidades para desenvolver melhores projetos de pesquisa e formar mais efetivamente no campo do ensino. Assim, considerando a complexidade mencionada, é a extensão universitária que deve orientar a pesquisa e o ensino, e não o contrário. Dessa forma, construímos um novo modelo e uma estrutura acadêmica inovadora.

É evidente que não é fácil para nós, acadêmicos mais experientes, aceitar mudanças tão significativas em nosso cotidiano. Essa transformação vem com um custo, já que é desafiador para os professores dedicarem-se à pesquisa e à orientação, especialmente quando não temos pós-graduação disponível. O foco tem sido a consolidação e a construção de um ambiente de graduação de melhor qualidade. No entanto, isso impacta o desenvolvimento profissional, pois os docentes acabam se dedicando muito mais ao cotidiano da graduação e da extensão, em detrimento do que tradicionalmente consideramos como pesquisa clássica e assessoria às realidades rurais.

Prof. Ezequiel Redin

Agora vamos para as suas considerações finais, mas antes pediria que contextualizasse um pouco do seu livro "Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas por meio das realidades sociais ". Ele pode ser uma valiosa fonte de inspiração e reflexão!

Prof. Silvio Calgaro Neto

Para finalizar, gostaria de abordar um ponto que esqueci de mencionar na minha última fala, mas que é fundamental em relação a este livro. Publicado em 2016, ele traz informações relevantes sobre a experiência da Universidade da República, no Uruguai, e suas propostas de curricularização da extensão. No

Brasil, temos a proposta de curricularização da extensão no Plano Nacional da Educação desde 2010, mas até 2015, ou seja, até 2010, 2011 e 2012, ninguém havia tomado iniciativas concretas nesse sentido.

Para mim, que participei dos movimentos estudantis e cresci ao lado de uma universidade pública, vivendo praticamente no mesmo bairro, sempre senti a falta de uma relação mais estreita entre a universidade e seu entorno, bem como com a sociedade. Essa foi uma problemática que me acompanhou desde sempre. E chegando na universidade, através dos movimentos estudantis, tínhamos essa crítica.

A partir disso, dediquei meus estudos de mestrado a acompanhar a proposta da Universidade da República, no Uruguai, sob a supervisão do Professor Humberto Tommasino e a orientação da Professora Vivien Diesel, no programa de Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Meu objetivo foi sistematizar um pouco dessa experiência, pois no Uruguai eles discutem essa abordagem desde os anos 1970. É importante destacar que, apesar de terem enfrentado uma ditadura severa que interrompeu esses processos, por volta de 2008, 2009 e 2010, já tinham uma estrutura consolidada para implementar a extensão curricularizada.

Fui para o Uruguai e sistematizei essa experiência, trazendo para este livro não apenas essa vivência, mas também a fundamentação teórica correspondente. Essa visão política e ideológica nos leva a entender que a universidade pode e deve, efetivamente, realizar a extensão rural. Os adjetivos que adicionamos à extensão universitária não nos isentam dessa responsabilidade. É, sim, possível construir uma estrutura no ensino que permita desenvolver atividades no campo da extensão.

Gostaria de chamar a atenção para essa questão, pois vejo que muitos colegas, ao debater a curricularização, afirmam: “não sabemos como fazer, não há experiências, não temos isso,

não temos aquilo”. No entanto, já temos experiências seculares de curricularização da extensão. Sabemos como proceder e contamos com composições institucionais e estruturais que demonstram que isso é possível. Além disso, há uma fundamentação teórica sólida no campo filosófico e metafísico.

Para mim, não é aceitável dizer que “nunca vimos isso, é algo novo”. Pode até ser novo, mas no Brasil já existem muitas experiências passadas, como as do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e da reforma agrária. Temos várias experiências pontuais que implementaram metodologias ativas, a curricularização do ensino e da extensão. É claro que essas experiências são mais pontuais!

E, com certeza, havia uma lacuna na Universidade Brasileira. Contudo, temos também as pedagogias da alternância, as escolas familiares agrícolas e muitas outras iniciativas. O nosso grande desafio, sem dúvida, é estrutural e institucional, além de conseguir convencer os colegas a se engajarem nesse processo.

Para mim, esse é o grande desafio, que ainda é interno às instituições. Certamente, trata-se de uma mudança necessária, mas dramática na estrutura universitária. A importância deste livro reside em trazer para o Brasil essa experiência que está tão próxima, já que há muito material da própria Universidade da República apresentando essa vivência. A partir disso, decidi compartilhar essa experiência do pessoal da UdelaR no Brasil.

Quero ressaltar novamente que também existem experiências no Brasil, como no campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe, que já possui uma estrutura institucional preparada para isso, em grande parte graças à mediação dos movimentos sociais na construção desse campo.

Portanto, vejo que a falta de informação não pode ser usada como desculpa. “Ah, não sei por onde começar” é uma questão de acreditar e viver o processo. Mesmo aquelas

estruturas universitárias que ainda não estão preparadas ou que não mudaram para isso podem implementar ações dentro do próprio ambiente universitário. É possível fazer isso no componente de ensino atualmente em vigor. A Universidade da República, mesmo com um currículo bastante tradicional, conseguiu, dentro dessa estrutura, realizar experiências que eles chamavam de espaços de formação integral.

A proposta da Universidade da República é chamada de Proposta da Integralidade, que visa integrar ensino, pesquisa e extensão. Nela, os professores poderiam, de forma voluntária, se vincular ou criar espaços de formação integral dentro de suas disciplinas. A adesão a essa proposta era opcional, permitindo que os docentes escolhessem se desejavam participar ou não. Apesar da estrutura institucional rígida que ainda existia na UdelaR, foi possível abrir espaço para aqueles professores que queriam implementar essa abordagem.

Com mudanças pequenas em termos normativos e institucionais, é possível implementar experiências em diversos modelos pedagógicos disponíveis. O desafio, na verdade, é mais político-institucional: precisamos nos consolidar. Acredito que, enquanto a universidade como um todo não estiver focada ou direcionada para esse processo, é viável que cada um, individualmente, dentro da estrutura atual, participe. Essa é a mensagem central do livro, que compartilha essas experiências.

Para finalizar, gostaria de agradecer o espaço. Reconheço que trago uma perspectiva que não é a da maioria dos nossos colegas e que pode ser considerada um pouco conflitiva, mas creio que é importante, especialmente no campo da epistemologia extensionista, dar continuidade ao desenvolvimento dessa narrativa.

Assim como nós, Ezequiel, que fomos um dos primeiros doutores em extensão rural, acredito que os cursos de extensão rural e outros programas de pós-graduação que desejem desenvolver teses nessa área têm um espaço epistemológico

próprio que precisa ser consolidado pelo trabalho dos diversos colegas.

Dentro desse contexto, percebo que essa responsabilidade epistemológica nos impõe também a necessidade de nos assumirmos como instituições de extensão rural, o que, sem dúvida, gera muitos debates entre nossos colegas.

Agradeço novamente, aos professores Zuin e Redin, pelo convite. Espero ter contribuído para enriquecer ainda mais o debate. Seguimos adiante, avançando nesse eterno diálogo que mantemos, tanto internamente quanto externamente, no campo da extensão rural. Obrigado!

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J. R.; FEDER, G. Rural Extension Services. In: The World Bank / Agriculture and Rural Development Department and Development Research Group Rural Development, Policy Research Working Paper 2976, Feb. 2003, 40p. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2003/03/22/00009494_6_03031111352821/Rendered/PDF/multi0page.pdf. Acesso em: 01 fev. 2014.

BAKHITN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, F. J. **Poderia existir magia no pentecostalismo?** Último Andar, PUC-SP, 2013.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura e assistência técnica no Estado de São Paulo**. Botucatu: FCA/UNESP, 1983. 286p. Tese (concurso de livre docência). F. C. A. do Campus de Botucatu, UNESP, 1983.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Papirus: Campinas, 2007.

_____. **Poder Simbólico**. 10^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2007.

BRITANNICA, T. Editors of Encyclopaedia: Jethro Tull. In: Encyclopedia Britannica. (2023) Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Jethro-Tull>

CALGARO NETO, S.; SOUZA, R. S. DE. (2016). Epistemologia em extensão rural e o tempo da extensão total. **Redes**, 21(3), 282-305. <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.5512>

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional para à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. BRASÍLIA, 2006.

CHAMBERS, R. **Desenvolvimento Rural - Fazer dos últimos os primeiros**. Edição ADRA. Luanda, Angola. 1995.

COCHRANE, W. W. **Farm Prices, Myth and Reality**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1958.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Rev. Bras. de Agroecologia**. 5(2): 22-38, 2010.

DÍAZ, E.; HELER, M. **El Conocimiento Científico: hacia una**

visión crítica de la ciencia. Buenos Aires: Eudeba, 2000, Vol. II, p. 157-175.

_____. **Introducción al conocimiento científico.** Buenos Aires Eudeba, ediciones UBA XXI. 1997.

DIESEL, V.; FROEHLICH, J. M.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C. Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária? **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2008, vol.46, n.4, pp. 1155-1188.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; DIAS, M. M.; FROEHLICH, J. M. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p.597-634, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-5>.

EICHER, C. K. Agricultural extension in Africa and Asia. **In:** World AgInfo Project, Cornell University, Ithaca, New York. Aug. 15, 2007, 24p. Disponível em: <http://worldaginfo.org/drupal/files/Agricultural%20Extension%20in%20Africa%20and%20Asia2.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014.

EEMEREN, F.H.V.; GROOTENDORST, R. **A systematic theory of argumentation: The pragma-dialectical approach.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ESCOBAR, A. Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. **In:** Programa Democracia y Transformación Global, Lima, 2010.

FEDER, G.; WILLETT, A.; ZIJP, W. Agricultural Extension: Generic Challenges and Some Ingredients for Solutions. World Bank Policy Research Working Paper No. 2129, May 1, 1999,

33p. Disponível em:
<http://www.worldbank.org/html/dec/Publications/Workpapers/wps2000series/wps2129/wps2129.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014.

FIGUEIREDO, R. P. de Extensão rural no Brasil: novos tempos. Brasília, **Rev. Bras. Tec**, v.15 (4), jul/ago, 1984.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Ed. Loyola (Série Educação popular v.3), 1985.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 13ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREITAS NETO, J. A. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Ensino Superior Unicamp**, 3, 62-73. 2011.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. 7ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1998.

HERRERA, G. A. Agricultura General. **In**: Real Sociedad Economica Matritense, Madrid en la imprenta real, Tomo I, Madrid, 544p. 1818 [1513]. Disponível em:
<https://bibdigital.rjb.csic.es/records/item/9699-agricultura-general-de-gabriel-alonso-de-herrera-tomo-i>

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LIMA, I. A. **A extensão rural e a produção do conhecimento: a fundamentação científica dos planos municipais de desenvolvimento rural do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MALDONADO, T. **Meio ambiente e ideologia**. Lisboa: Sociocultura, 1971.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política – livro I**. 26ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MORAES, C. S. **A trajetória da comunidade científica do programa de pós-graduação em extensão rural e a emergência de novo paradigma para a extensão rural**. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**; [tradução José Teixeira Coelho Neto]. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. In: Textos para discussão 48. Senado Federal: Brasília, 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm. Acesso em: 05 fev. 2014.

_____. **A Extensão Privada e a Privatização da Extensão: uma Análise da Indústria de Defensivos Agrícolas.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009. Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao/TESEMarcusPeixoto.pdf. Acesso em: 05 fev. 2014.

PUERTA TRUJILLO, F. S. **Extensión agraria y desarrollo rural: sobre la evolución de las teorías y praxis extensionistas** / Fernando Sánchez de Puerta T. - Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica, 1996. - 542 p.; 21 cm. - (Serie Estudios; 123).

RIVERA, W. M.; ALEX, G. (editors). Demand-Driven Approaches to Agriculture Extension – Case Studies of International Initiatives. In: Washington: World Bank. Agriculture and Rural Development Discussion, Paper 10 (Extension Reform for Rural Development Volume 3), 2004, 123p. Disponível em: [http://inweb18.worldbank.org/ESSD/ardext.nsf/11ByDocName/ExtensionReformforRuralDevelopmentVolume3DemandDrivenApproachestoAgricultureExtension\\$FILEExtension_Reform_V3_final.pdf](http://inweb18.worldbank.org/ESSD/ardext.nsf/11ByDocName/ExtensionReformforRuralDevelopmentVolume3DemandDrivenApproachestoAgricultureExtension$FILEExtension_Reform_V3_final.pdf). Acesso em: 05 fev. 2014.

ROCHA, R. M. G. A construção do Conceito de Extensão

Universitária na América Latina. **In:** Construção do Conceito da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RODRIGUES, C. M. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovations**. 5 ed. New York: Free Press, 2003.

RÖLING, N. La comunicación para el desarrollo en la investigación, la extensión y la educación. **In:** Comunicación y Desarrollo Sostenible: Selección de artículos de la 9ª mesa redonda de las Naciones Unidas sobre comunicación para el desarrollo. FAO/ONU. Roma, 2007. p. 65-90.

RYAN, B.; GROSS, N. C. The diffusion of hybrid seed corn in two Iowa communities. **Rural Sociology**, v. 8, n. 1, p. 15-24, 1943.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

SAMPAIO, O. B. Contextualização Histórica da Extensão e Seus Reflexos na Sociedade Brasileira. **In:** III Encontro de Extensão da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2004.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1997.

SOUSA SANTOS, B. **Um Discurso sobre as Ciências**. Edições Afrontamento, Porto, 1988.

Universidad de la República (UDELAR). **Hacia la reforma universitaria. La extensión en la renovación de la enseñanza: espacios de formación integral**. Montevideo, 2010, 60p.

UNITED STATES OF AMERICA. **Smith-Lever Act As Amended Through Public Law**. 107–293, Nov. 13, 2002. Disponível em: <http://www.csrees.usda.gov/about/offices/legis/pdfs/smithlev.pdf> . Acesso em: 05 fev. 2014.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais – parte II**. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. El político y el científico. Madrid, Alianza Editorial, 1975.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo, Companhia da Letras, 2004.

Capítulo 2

As Vivências como Metodologia de Ensino da Extensão Rural³

Gustavo Pinto da Silva
Ezequiel Redin
Luís Fernando Soares Zuin

Prof. Ezequiel Redin

Olá a todos os extensionistas rurais, agricultores, jovens do meio rural, pesquisadores, professores de extensão rural, acadêmicos e demais públicos presentes. Sejam muito bem-vindos!

Sou Ezequiel Redin, professor de extensão rural, e hoje contamos com a presença do Prof. Luís Fernando Soares Zuin, fundador da Rede Aurora. Também nos acompanha o Prof. Gustavo Pinto da Silva, extensionista, pesquisador e multiprofissional do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, fundador da Polifeira e de inúmeros outros projetos. Ambos são renomados profissionais na área de extensão, com grande atuação no Brasil e na América Latina.

Hoje temos mais um evento do ciclo "Diálogos em ATER Digital: semeando propostas, compartilhando saberes", e a nossa *live* intitula-se "As Vivências como Metodologia de Ensino da Extensão Rural", uma metodologia de ensino que

³ Palestra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ioSrQ09inGo>

valoriza a aproximação entre estudantes e agricultores, a qual o professor Prof. Gustavo tem utilizado ao longo dos anos.

Esta é uma iniciativa do portal O Extensionista e da Rede Aurora, no âmbito dos Diálogos em ATER Digital na América Latina, com o apoio de diferentes parceiros.

Sejam muito bem-vindos, professores Prof. Zuin e Prof. Gustavo. É um prazer compartilhar conhecimentos e fica desde já, nosso muito obrigado!

Prof. Luís Fernando Soares Zuin

É um grande prazer estar aqui com vocês. Hoje teremos a palestra do Prof. Gustavo, que também é um amigo da Universidade Federal de Santa Maria. Tenho certeza de que aprenderemos muito com ele. Prof. Gustavo, fique à vontade. A palavra é sua.

Prof. Gustavo Pinto da Silva

Olá! É uma satisfação participar deste momento, nessa série de *lives* que abordam a extensão rural e a aproximação entre agricultores, universidade e sociedade. Trata-se de um conjunto de experiências envolvendo profissionais de diversas áreas, fundamentais tanto para a formação contínua na extensão rural quanto para o desenvolvimento universitário em uma ampla variedade de temas.

Participar deste momento nos permite, de alguma forma, contribuir e trazer elementos para a discussão. O objetivo principal dessas *lives* é promover reflexões e proporcionar avanços no aprendizado coletivo, sensibilizando, quem sabe, novas pessoas para se engajarem nesse tipo de debate.

Nosso objetivo aqui é discutir as vivências como metodologia de ensino na extensão rural, focando na aproximação entre estudantes e agricultores. Usei o termo "extensão rural" em função da temática proposta pelo Canal Extensionista e pela Rede Aurora, mas quero destacar que, nesse contexto de formação profissional, a vivência vai além de ser uma metodologia de ensino específica para esta área.

Ela se configura como uma metodologia voltada à diversidade de conhecimentos que compõem a formação dos profissionais, especialmente das ciências agrárias, muito embora esta ideia de vivência envolva muitas outras áreas do saber. Também é importante esclarecer que "vivência" não é um conceito exclusivo nem algo que tenha surgido comigo. Existem inúmeras experiências e abordagens que enriquecem esse campo.

Para desenvolver essa metodologia dentro das limitações curriculares e pessoais, tenho buscado inspiração nessa diversidade de perspectivas, que fundamenta e dá suporte ao nosso trabalho.

Antes de mais nada, gostaria de contextualizar a perspectiva a partir da qual falo e desenvolvo essa ideia de vivência. Sou filho de agricultores familiares do município de Jari, no Rio Grande do Sul, e cresci trabalhando na propriedade junto com meu pai e minha mãe. Essa trajetória não é apenas profissional, mas também profundamente pessoal, fundamentada nas experiências vividas com minha família.

Além disso, por quase oito anos, até 2003 ou 2004, fui apicultor e presidente de uma associação de apicultores. Durante esse período, desenvolvi meu mestrado na área de associativismo. Após essa etapa, acumulei experiência profissional relacionada à extensão rural e à promoção de

estratégias de desenvolvimento rural.

Essas vivências e aprendizados moldaram a base da minha atuação e são o ponto de partida para refletir e trabalhar com essa metodologia que apresentarei ao longo da minha fala.

Quero destacar meu trabalho com fruticultura no município de São Sepé, iniciado em 2004. Os aprendizados na Prefeitura Municipal nos proporcionaram que atualmente minha família seja fruticultora e trabalhe com diversas atividades nesse segmento. Também em São Sepé atuei na Cooperativa Triticola Sepeense, onde me envolvi na formação dos associados em cooperativismo. Posteriormente trabalhei como consultor do SEBRAE antes de me tornar professor.

Por que inicio essa fala com essa história? Esse contato permanente com a agricultura familiar, sem nunca me distanciar, reforça minha compreensão sobre a importância da formação profissional para os técnicos em extensão rural. Desde 2005, tenho a oportunidade de contribuir como professor, somando essas vivências à minha prática docente.

Fui professor substituto por um período e, posteriormente, atuei no Instituto Federal Farroupilha, campus São Vicente do Sul, até 2013. Desde então, sou professor no Colégio Politécnico da UFSM. Durante essa trajetória, comecei a refletir profundamente sobre a questão da formação e o meu papel enquanto professor.

Quero destacar especialmente o período em que estive no Instituto Federal Farroupilha, quando, em dezembro de 2008, ocorreu a criação dos institutos federais. Esse marco, com a instituição da Rede Federal de Educação Tecnológica, trouxe uma série de desafios: pensar em como formar profissionais para atuar na extensão rural, na formação de estudantes e na extensão universitária. Isto me levou a questionar como devam ser essas organizações para não

reproduzirem exatamente o modelo das universidades, pois elas ao longo de sua história, acabam se distanciando dos arranjos produtivos locais, das pessoas e de suas formas de vida.

Havia uma crítica muito forte na época de que os institutos federais deveriam estar mais conectados aos arranjos produtivos locais, observando o que estava sendo realizado em determinadas regiões e ajustando a formação das pessoas a esse contexto. O objetivo era formar profissionais realmente sensíveis às demandas sociais e às peculiaridades regionais.

Isso nos impõe um outro desafio enquanto professores: construir uma prática pedagógica que integre ensino, pesquisa e extensão de maneira conectada com a realidade. Nosso trabalho na extensão rural é formar técnicos e profissionais capazes de incluir pessoas no processo, diagnosticar problemas, analisar situações e criar soluções.

Não podemos formar apenas indivíduos que se limitam a viver de diagnósticos ou reflexões abstratas, mas resolver situações concretas. Destaco a Lei 12.188 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) a partir da qual questiono o perfil do extensionista. Aliás, isso já vinha sendo discutido e, como a Tatiana Balem já mencionou anteriormente numa *live* neste mesmo espaço, compartilhamos desse momento e, por isso, temos publicações em conjunto. A criação da PNATER oferece um elemento valioso para refletirmos sobre a perspectiva dos Institutos Federais, comparando-a com a abordagem que propomos para a formação de extensionistas.

Essa lei nos dá uma missão na formação de estudantes em escolas técnicas, como é o caso da escola em que atualmente estou, na UFSM. A PNATER é construída

com a premissa de um processo de extensão mais democrático, o que nos leva a repensar o perfil do extensionista para esse novo contexto. O que isso significa? que o profissional que trabalhará com extensão rural deve ter uma visão holística e sistêmica, ser um articulador, conciliador, com capacidade de liderança e postura participativa.

Percebam que estou trazendo uma série de elementos que não são aprendidos em uma disciplina técnica específica. Não é que não possam ser aprendidos dessa forma, mas são aspectos que precisam ser trabalhados de maneira transversal ao longo de todas as disciplinas do currículo.

A extensão rural talvez seja o espaço que melhor se adequa a esse papel de promover discussões e criar elementos que levem o estudante a desenvolver uma visão holística, a ser um articulador, a ter capacidade de análise e síntese, entre outras habilidades. Esse processo coloca em questão o nosso trabalho ao formarmos profissionais, não apenas para assistência técnica e extensão rural. Muitas vezes, as pessoas podem até negar que trabalham com extensão rural, mas, na verdade, todos que lidam com conhecimento, de alguma forma, estão atuando nesse campo.

Para aprofundar essa reflexão, trago um artigo publicado este ano, que considero relevante para esse debate. O artigo tem um título provocativo, e foi a Tatiana quem liderou a escrita. Na verdade, começamos a escrevê-lo em 2013 ou 2014. O título é "Uma Andorinha Não Faz Verão: A Disciplina de Extensão Rural e a Formação Profissional em Ciências Agrárias" (BALEM; SILVA, 2022). Nesse artigo, buscamos estabelecer uma relação entre a política nacional de educação profissional e tecnológica e a política nacional de assistência técnica e extensão rural, com o objetivo de mostrar como esses marcos podem contribuir para a

reconstrução da extensão rural, dentro de outro molde educativo.

Trago este contexto porque acredito que é importante explicar de onde surgiram essas ideias. Comecei a perceber, paralelamente a isso, que os meus estudantes, e trago o exemplo de dois extensionistas rurais que hoje estão no escritório municipal da EMATER em Segredo (RS), estavam vivenciando experiências práticas. Observei o impacto desse nosso trabalho de formação, se inserindo em atividades de intervenção, mediação e a construção de processos de desenvolvimento rural.

Esses estudantes sempre foram muito envolvidos, mas também comecei a perceber naqueles que não demonstravam o mesmo engajamento, que deixavam de ter aquilo que chamaremos de uma "extensão rural de processo". Inclusive, a professora Tatiana Balem descreve essa abordagem no material didático do Curso Técnico em Fruticultura do Colégio Politécnico (BALEM, 2015) e a ideia central é a da extensão rural como um processo contínuo, com ações articuladas que conduzam as pessoas a algum resultado.

Observávamos as ações que eles estavam desenvolvendo, sempre com o objetivo de garantir que fossem articuladas, que não fossem ações soltas ou pontuais, para que não se perdesse a conexão entre elas. A partir disso, começamos a refletir sobre a necessidade de repensar e, possivelmente, alterar a forma de trabalhar. O técnico, especialmente aquele com formação de nível médio – e aqui convido os colegas que lecionam no nível superior a se apropriarem desses contextos – tem uma trajetória de formação muito rápida.

Por vezes, não conseguimos aprofundar suficientemente um conhecimento que é essencial para o exercício profissional desses técnicos. O artigo "Uma

Andorinha Não Faz Verão" discute justamente esse aspecto, pois uma disciplina de 45 horas não faz milagre. Nela, trazemos alguns elementos importantes, mas que deveriam ser trabalhados de forma transversal ao longo de toda a formação.

Trabalhei com extensão rural de uma maneira mais tradicional por um tempo e depois fomos alterando a abordagem, pois percebíamos que os resultados do nosso modelo inicial de formação não atingiam os objetivos propostos pelas leis que criaram os institutos e nem os da PNATER. Como já mencionei, a educação profissional não é uma educação superior, pois os cursos são rápidos. Não adianta apenas despejar conteúdo; esse não é o melhor caminho. Se quisermos realmente formar profissionais, o desafio é mudar as ideias e representações que eles têm sobre as questões, especialmente nessas disciplinas.

O conhecimento está por aí, nos livros e na internet, nós precisamos criar formas para que o estudante valorize determinados tipos de conhecimento. Buscamos provocar essa reflexão na educação profissional, pois, nesse contexto, não só os técnicos e tecnólogos, mas também os cursos superiores dentro da educação profissional, enfrentam esse desafio. Percebemos que era necessário mudar um pouco a abordagem. A administração, especialmente, trabalha com a ideia de competências, que resumidamente envolve a combinação entre conhecimento (o que sei), habilidade (a capacidade de fazer) e atitude (o desejo de fazer e a ação em si), refletindo, de certa forma, num desempenho específico.

Nós começamos a entender que precisamos formar um profissional que, mesmo em um curto espaço de tempo, possua um conjunto de habilidades que lhe permita trabalhar de forma eficaz nas organizações em que está inserido. Esse profissional deve ser capaz de compreender uma variedade

de conhecimentos e disciplinas que, à primeira vista, podem parecer pouco importantes.

Quando observamos apenas de maneira fragmentada, como se fossem caixinhas isoladas, isso não faz sentido. Contudo, essas competências precisam ser capazes de transformar a vida do profissional e das pessoas com quem ele se relaciona. Não vou me aprofundar nesse ponto, mas gostaria de destacar que essas competências são essenciais. Algumas delas são comportamentais, intrapessoais e interpessoais, e são justamente essas que ampliam a capacidade técnica do sujeito.

Isso precisa ser trabalhado em todas as disciplinas, inclusive na extensão rural. Às vezes, parece que nos concentramos nesse objetivo, não apenas na extensão, pois, mais adiante, vamos criar uma série de disciplinas que abordam essas vivências. O papel meu e de todos os professores é proporcionar condições para que o estudante desenvolva a autonomia, tenha uma visão holística, e receba uma formação multidisciplinar e crítica, que seja mediada pela realidade.

Eu costumo dizer a realidade como ela é, sem rodeios e sem retoques. Precisamos nos colocar no lugar do outro, entender como é a tomada de decisão no dia a dia dos nossos agricultores. O extensionista precisa considerar isso, caso contrário, ele se torna um observador distante, tal como a Tatiana Balem mencionou sobre um profissional meramente "contemplativo". Não podemos ser assim. Ele tem que ter os "pés no barro", sentir e vivenciar a realidade.

E é aí que surge a ideia da problematização concreta, que visa transformar a realidade, adaptando o que acontece hoje, mas sempre buscando melhorias. Eu nunca tive uma aula pronta e acredito que o meu trabalho é baseado no desenvolvimento do senso crítico. Vou explicar um pouco

mais sobre isso em breve. Em vez de uma instrução convencional, opto pela vivência. Para mim, a vivência é uma forma de trabalhar com a problematização concreta, tornando o conhecimento mais claro. Mas o que significa vivência? Ela vai além do que está dado, trazendo temas que não fazem parte da aula tradicional, criando novos significados, facilitando o aprendizado, tensionando os currículos e a prática docente.

Quando falamos de vivência e o estudante retorna trazendo problemas que não são da sala de aula, com o objetivo de transformar a comunidade ou o local onde está inserido, isso se torna fundamental também para a transformação do professor. Ele sai da sua zona de conforto, que muitas vezes se limita à preparação do conteúdo, e isso provoca mudanças na forma de ensinar, no conteúdo abordado e nas chamadas competências duráveis, as socioemocionais. O resultado desse processo é muito interessante.

Já mencionei o novo profissionalismo e acredito que o texto de Francisco Roberto Caporal⁴, traz esses elementos quando mencionei a lei da PNATER, de 2010, e, portanto, não vou detalhá-los novamente.

Como nós podemos incluir essas vivências? Trago aqui o exemplo da disciplina de Iniciação em Zootecnia no Técnico em Zootecnia do Colégio Politécnico da UFSM, da qual sou um dos ministrantes. Nela, de um total de quinze encontros, dez deles são em propriedades rurais, onde, juntamente com outra colega docente, trabalhamos para problematizar todos os elementos possíveis.

Em cada visita, em cada exemplo, procuramos mostrar ao estudante a importância de conhecer a realidade de forma

⁴ Disponível em:

https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/Pnater.doc

prática, "no tato". Nós temos uma disciplina também que é a Vivências Profissionais em Zootecnia, que eu falarei um pouco mais. Além disso, provocamos os estudantes a não se limitarem à universidade durante o processo de formação, mas a vivenciarem também outros espaços. Dessa forma, chamamos o estudante à responsabilidade.

A primeira experiência mais próxima que tivemos foi em 2011 e comentarei um pouco da evolução desse processo. Na época, o município de Cacequi enfrentava um problema relacionado à comercialização nas feiras livres, que eram fracas. Esse desafio chegou à escola e, juntamente com a professora Cândida, que inclusive é minha esposa, desenvolvemos um trabalho focado na comercialização das feiras, o qual está publicado (SILVA et al., 2012).

Com essa turma, fomos para o campo, visitamos os agricultores e, posteriormente, realizamos uma feira especial. Os agricultores vieram até a sala de aula, o que proporcionou uma vivência muito interessante. Foi uma experiência fantástica para os estudantes, mas com algumas limitações: os estudantes ainda estavam muito na condição de esperar que o máximo de conhecimento pronto fosse transmitido a eles. No entanto, a feira foi algo que nos deu uma certa maturidade.

No Politécnico, destaco um trabalho realizado em 2017, em parceria com Ricardo Machado. Nesse trabalho, as turmas visitaram todos os estabelecimentos produtores de leite e realizaram uma espécie de diagnóstico. Também em 2017, com estudantes do Técnico Agropecuário, realizamos uma experiência semelhante em Ivorá, mas que tirava o estudante da sua zona de conforto e o colocava em uma situação inusitada. Experiências similares ocorreram em Nova Palma e Ivorá, em anos diferentes.

Temos trabalhado com a ideia de extensão rural nesse

formato desde 2017, exceto durante os anos de pandemia. O retorno para a sala de aula será um ponto sobre o qual falarei um pouco mais adiante.

Entendo e uso muito o livro *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire⁵, que nos ensina que ensinar exige criticidade e reflexão sobre a prática. Não se trata apenas de teorizar sobre o risco, mas de dar exemplo. Acredito que precisamos estar sempre mudando, nos questionando e observando a avaliação dos estudantes. Não podemos nos colocar aqui como os detentores e sabedores de tudo. É sobre isso que venho provocando transformação semestre após semestre, aperfeiçoando a forma de trabalhar a extensão rural.

E aí eu chego em 2019, que considero a experiência central para contextualizar essas transformações. Percebemos que a quantidade de carga horária dedicada à extensão rural será sempre limitada. Existe uma disputa na construção do currículo, por horas e aulas, que, muitas vezes, não leva a lugar algum. Às vezes, tenho a impressão de que ficamos pensando que o conhecimento precisa estar centralizado em uma pessoa. Cada um defende seus próprios espaços, e quem trabalha com isso sabe exatamente do que estou falando. E, especialmente na extensão rural, nesse tipo de conhecimento, a mudança curricular passa por um distanciamento que pode ser considerado estrutural. Não teremos a carga horária ideal. Hoje, a legislação para a educação superior estabelece limites para as atividades de extensão universitária, mas, em termos gerais, estamos sempre brigando por espaço.

Eu percebi que precisava de uma metodologia que aproximasse o estudante da atuação profissional e que o fizesse desenvolver senso e sensibilidade para uma

⁵ FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004

diversidade de temas, que eu não consigo abordar em sala de aula devido à falta de tempo. Além disso, mesmo que eu não queira, às vezes o conteúdo se torna cansativo e pesado, principalmente ao explorar alguns assuntos.

Começamos a trabalhar com a ideia da vivência da prática social como uma forma de reflexão, mas também para deixar um resultado para os agricultores e para a comunidade. Dessa forma, possibilitava-se que o estudante se envolvesse com a realidade vivenciada e utilizasse um conjunto de habilidades, sem perder o contexto da extensão rural. A ideia inicial era colocar os estudantes junto às famílias de agricultores, em um conjunto de dias pré-definidos, alinhados com o calendário escolar, mas sujeitos a ajustes, preparando-os para o inesperado.

Eles precisam chegar na propriedade, criar, identificar, conhecer os produtores, decidir como podem trabalhar com aquela família e se envolver completamente no que estão fazendo. Nesse tipo de metodologia, o estudante não é um simples visitante; ele precisa fazer parte do que a família está realizando. Como isso acontece?

Por exemplo, apresentarei a experiência realizada em Agudo, no ano de 2019, a qual também fizemos em Paraíso do Sul, em 2022, contando com a colaboração do Diego Katzer e da Cláudia Bernardini dos escritórios municipais da EMATER. Portanto, como é que faço? Vou lá, reúno as organizações locais envolvidas com o desenvolvimento rural, o que faço em um turno, e no seguinte, explico a metodologia.

A ideia é selecionar um conjunto de estabelecimentos rurais onde os estudantes não tenham conhecimento prévio sobre o que é feito lá. A família agricultora deve compreender que receberá dois estudantes, no máximo três, embora eu costumo dizer que três não pode ser, porque “enquanto um faz o mate e os outros dois ficam conversando”.

Quanto mais condições oferecer para o estudante fugir da sua zona de conforto, melhor será. Nós combinamos com as famílias: vocês vão receber, no dia tal, dois estudantes. Eles não sabem onde vão ficar. Desde o primeiro contato, cabe ao estudante desenvolver a habilidade de reconhecer a família. E, naquele primeiro dia, claro, eles têm essa missão.

Eu quero destacar que é fundamental, para esse tipo de metodologia, uma conexão com alguém da comunidade. Aqui, temos a cooperativa, a Prefeitura Municipal de Agudo e o Escritório Municipal da EMATER. Para mim, o Escritório Municipal da EMATER é o básico. Tenho uma ótima relação com todos os escritórios e com a gerência regional, que também reconhece o valor desse tipo de trabalho para a formação dos técnicos que futuramente serão os extensionistas rurais.

Em Paraíso do Sul, no ano de 2022, foram diretamente envolvidas a EMATER e a Prefeitura. Às vezes, os sindicatos dos trabalhadores rurais também participam, dependendo da localidade. Este é o princípio de tudo. Nesse ano, eu tinha duas turmas, uma pela manhã e outra à tarde, totalizando 25 propriedades rurais e 50 estudantes, organizados em 25 duplas.

Eles trabalharam em quatro atividades agrícolas predominantes: fumo, arroz, morango e bovino de leite. Selecionamos as propriedades com base nesse sistema de produção. É claro que as propriedades também tinham autoconsumo e outras atividades, mas o foco principal estava nessas quatro. O olhar pelas atividades é apenas um recurso heurístico para organizar a atividade. A devida importância a uma ou outra atividade e onde os estudantes deverão empreender seus esforços é uma decisão do estudante com a família do agricultor.

Temos o portal do professor e o registro das aulas,

para acompanhar o que fazemos e o que permite esse olhar temporal. No início, vou lá, faço a preparação e, nas primeiras aulas, já entro diretamente com o diagnóstico rural participativo. Mostro as técnicas, as principais. O estudante precisa entender que, ao chegar, ele vai se deparar com um lugar inusitado e que deverá reconhecer, compreender e identificar como as pessoas vivem, o que elas fazem.

O estudante começa a prospectar, junto à família, quais são as questões e os problemas da propriedade. O objetivo é entender como podemos auxiliar estes agricultores durante o período de agosto a dezembro. Portanto, a primeira visita tem um caráter de reconhecimento.

Como é a caminhada transversal? Não me entendam mal, mas eu não perco muito tempo com a formação em metodologias, pois o tempo das aulas é de apenas 45 horas. As metodologias são essas: faço uma visita a uma propriedade e informo como deve ser feito, ponto a ponto. Os livros estão aí, quem quiser se aprofundar, fique à vontade. No diagnóstico rural, é claro que não dá para fazer tudo, nós vamos adaptando. O importante é que o estudante tenha um critério. Não temos a condição ideal e, portanto, não conseguimos fazer tudo conforme nossas reflexões teóricas ou aquilo que é tradicional na extensão rural. A primeira parte é essa!

Quando eles vão para a primeira visita, isto já é um impacto, porque eles chegam em um lugar onde não conhecem ninguém, mas que a condição é conhecer. Os estudantes pensam "os cachorros vão nos pegar", e eu respondo: "esse problema é de vocês, vejam como vão amansar os cachorros". Eles sempre questionam como serão recebidos, e eu respondo que, posteriormente, conversaremos sobre isso.

A família já sabe que o estudante precisa realmente

desenvolver essa condição. Portanto, é sair do que está dado e partir para o prático. Quando ele volta, eu faço uma apresentação e desenvolvo outras metodologias, como diagramas, tempestade de ideias, e cada um compartilha sua experiência. Assim, vou trabalhando o conteúdo, e eles precisam voltar para a segunda visita, pensando no que podem fazer e como podem auxiliar durante esse período.

E aí vem de tudo! O estudante já teve que identificar e combinar com a família. Esse é o processo de construção que considero fundamental: ele tem que enxergar onde é possível chegar. Depois que o estudante retorna dessa segunda visita, às vezes surgem as frustrações. Ele comenta: "Eu queria fazer isso, mas não deu". E eu respondo que "não é ele que tem que querer". Esse diálogo é feito entre todos nós em aula.

Neste ano, trabalhei com dois estudantes do Programa de Formação Pedagógica da UFSM, o Hector e a Nathana, que me auxiliaram, porque é bastante trabalho, são 50 estudantes e 50 propriedades.

A gente deixa os estudantes na propriedade às sete e meia da manhã e os recolhe às onze e meia. Na volta, o ônibus passa para buscá-los, e seguimos com eles para o escritório municipal da EMATER. É uma rotina de trabalho, depois que os deixo, fico esperando o tempo acabar. Eu não vou junto, não quero estar no mesmo lugar que eles, para não haver interferência. Por vezes, faço visitas posteriores às propriedades para acompanhar a situação.

O escritório da EMATER fica sabendo - que fique claro - pois nem tudo é fácil. Quando voltamos da segunda visita, trabalhamos a construção do conhecimento dos agricultores, como é feito o planejamento e desenvolvimento das ações de extensão rural, e abordamos as tipologias de agricultores, constituindo tudo isso. Veja que estamos formando um trabalho que, no final, pode retornar ao escritório municipal da

EMATER, servindo como subsídio para as atividades do dia a dia da extensão rural. E chegamos à terceira visita, onde eles retornam à propriedade, e depois realizam mais algumas atividades necessárias para refletirmos sobre a prática.

Assim o conteúdo vai sendo organizado e ministrado até chegar à última visita, que é a de encerramento. Eu digo assim: "Eu perco aquela ideia de que o conteúdo é do professor, ele perde o seu espaço, mas cria-se o elemento que o estudante talvez vá ter". É nesse ponto que afirmo que não dá para perder tempo com aquela abordagem detalhada, indo direto ao ponto, sem perder tempo dando aula sobre algo que o estudante talvez não consiga conectar diretamente com a realidade.

Os movimentos são alternados. O primeiro momento é a preparação para o primeiro contato. O segundo momento envolve a criação dos planos de ação. O terceiro momento é dedicado a compreender os distintos ritmos dos agricultores. O quarto momento é voltado para as reflexões sobre os resultados e o compartilhamento.

Para ilustrar, um estudante me mandou uma foto porque ele nunca imaginou trabalhar com fumo. Ele ajudou a plantar, vivenciou isso, viveu o outro lado. Outros, por sua vez, estavam na propriedade de leite, enfrentando problemas de células somáticas altas, e foram capazes de identificar o problema.

Você tem que ajudar a família, pensar na pastagem, ou seja, tudo é com eles. Cada propriedade é um caso específico. Por exemplo, uma família estava pensando em desistir da produção de leite e após o trabalho, a situação mudou. O apoio que os estudantes deram foi fundamental, trazendo amostras para realizarmos análises na universidade além de ajudarem a limpar salas e pintar. Eles se envolveram, e é isso que deve acontecer!

Tivemos uma equipe lidava com gado de leite e irrigação. Eles mapearam, fizeram o projeto de irrigação, ajudaram a montar o mapa da propriedade e calcular a quantidade de itens necessários. E, o mais interessante, é que eles começaram a chegar nos finais de semana, fora da sala de aula, porque se envolveram de tal forma com a família, que criaram uma conexão verdadeira. Eu tive um estudante dessa turma em 2019 e, agora, em 2023, ele voltou para fazer outro curso, relatando-me que até hoje conversa com a família pelo menos uma vez por mês.

Já na produção de morango, lembro que os estudantes trabalharam na construção de toda a parte de comunicação, criaram uma rede social para o empreendimento, ajudaram com a criação de publicações e, além disso, ensinaram sobre os tratos culturais. Em outra propriedade, os estudantes semearam cenoura, tiveram que preparar o solo, pensar nas práticas culturais, envolvendo-se diretamente nas atividades práticas e aprendendo de forma integrada com os produtores.

Outro caso interessante foi na produção de arroz onde os estudantes estavam envolvidos nas propriedades, saindo completamente da zona de conforto deles. E, no fechamento do processo, temos a devolutiva, que também é um momento crucial. Em 2019, a devolutiva foi realizada para os técnicos de extensão rural e os técnicos municipais, gerando subsídios importantes para repensar o próprio processo de trabalho desses extensionistas.

Em 2023, na cidade de Paraíso do Sul trabalhamos exclusivamente com a cadeia produtiva do leite. Foram 12 propriedades visitadas, com uma turma de estudantes envolvidos. A outra turma trabalhou com olerícolas aqui em Santa Maria. No último encontro, os estudantes apresentaram os resultados das propriedades visitadas, com todos os

produtores de leite e técnicos do município presentes, acompanhando e discutindo as ações realizadas.

Apontamos os limites, refletimos sobre a realidade dos agricultores e fornecemos um retorno. É importante destacar que organizamos isso dentro do horário de aula. Nós temos três períodos dedicados à extensão rural e dois da disciplina de Mercados e Consumo, e procuro trabalhar as disciplinas de maneira integrada. Eu sempre digo que a extensão rural precisa de um turno completo, pois é nesse tempo que conseguimos desenvolver esse tipo de prática.

Na vivência, o futuro técnico desenvolverá a habilidade de perceber o que a família pensa, o que o sistema de produção precisa, o que o técnico pensa, e como o mundo nos apresenta os desafios para uma sociedade melhor. Quais são os paradigmas? Tudo isso vem da prática. E, é fundamental que esse profissional-extensionista, entenda que a participação dos agricultores é essencial, reconhecendo que cada um tem um ritmo diferenciado de compreensão. Ele deve compreender o conhecimento prévio dos agricultores e saber como fortalecer o resultado do processo de mediação.

Os estudantes devem realizar um trabalho final no qual devem escrever sobre o que foi possível desenvolver com a família, o que não foi realizado, e refletir sobre questões como: "O que faltou na formação profissional do técnico em agropecuária? O que podemos melhorar aqui dentro da nossa organização? Existe alguma ideia que poderia apoiar o desenvolvimento do setor produtivo que visitaram? Quais são as políticas públicas fundamentais para apoiar esse setor?". Reparem a infinidade de temas que surgem. Embora eu não dê profundidade a todos, o importante é que os estudantes reconheçam a existência desses tópicos, seja na sala de aula ou no contato com os agricultores.

Quanto ao roteiro de correção do trabalho final, quero

que os estudantes caracterizem o estabelecimento rural, identifiquem as atividades envolvidas, os mercados e canais de comercialização, além das situações e problemas para a extensão rural. Solicito que eles reflitam sobre esses aspectos e proponham um plano de ação como se o trabalho estivesse começando após os quatro meses de vivência no campo. A proposta deve incluir todos os métodos possíveis de extensão rural, dentro de uma lógica que seja coerente, que tenha conexão e continuidade.

O objetivo é que o estudante desenvolva a sensibilidade necessária para lidar com as famílias e suas causas, mas também compreenda a ideia de um processo contínuo e articulado de ações, algo que, no início da minha trajetória, eu não passava aos meus primeiros estudantes devido à abordagem tradicional que utilizava no ensino.

A teoria de Piaget sobre o desequilíbrio, que impulsiona a criação de novos conhecimentos, é algo que aplico com os estudantes. Essa teoria é simples de entender e serve como base para a ação deles no campo. Como extensionistas, eles têm a obrigação de promover esse processo continuamente ao longo do tempo. Assim como a brasa fora do fogo se apaga, o conhecimento também se perde se não for constantemente alimentado. Se não continuarmos a juntar as lenhas, em pouco tempo a brasa vai se apagando.

Agora, caminhando para o final, apresento as principais características desse processo. Em primeiro lugar, o caráter inusitado da experiência. Enquanto estamos nos conduzindo para a primeira visita, ainda dentro do ônibus, tiro uma foto deles e registro suas perguntas: "Como vamos ser recebidos? Qual será o ritmo da atividade? Será que teremos o que fazer?". Depois, eles voltam da primeira visita com diversas reações. Por exemplo, costumam dizer: "Professor,

aquela família não dá!". E nossa resposta é: "A vida é assim, condições ótimas não existem. Será que a falha está na família ou foi falta de habilidade de vocês? Vamos analisar por onde vocês andaram". Esse processo de reflexão é feito durante o retorno da viagem, quando me reúno com cada grupo e discutimos as experiências.

Outra característica importante é que os resultados são sempre coletivos. Quando eles compartilham suas experiências com os colegas, aprendem com os outros e refletem sobre suas vivências. Trabalhar apenas com a produção de leite no ano passado foi fundamental para mim como professor, pois percebi a importância de abordar um sistema de produção específico. No caso do leite, que é uma atividade intensiva, é possível integrar diversas tecnologias e aspectos, o que enriqueceu muito a metodologia.

Os estudantes também compartilham experiências como essa: "A família tem um membro doente, passando por uma doença grave", e eles se sentem abalados. Na verdade, é exatamente isso que eu quero que eles vivenciem. Lembro de uma experiência que vivi em 2011 quando os estudantes da graduação em Zootecnia chegaram a uma propriedade e logo em seguida a agricultora teve um ataque epilético. Eles presenciaram essa situação, que foi um momento assustador num primeiro momento, mas de grande aprendizado. Havia uma cachorrinha adestrada que, ao perceber o ataque, saiu até a lavoura para avisar o agricultor, que, ao voltar correndo, já sabia o que fazer. A família explicou aos estudantes que a agricultora tinha esse problema, mas que ainda não sabia o diagnóstico exato, e isso impactava diretamente as atividades que desenvolviam na propriedade. Essa experiência destacou o fato de que a família enfrenta desafios além da produção agrícola, questões pessoais e de saúde que o estudante talvez não tenha imaginado.

O estudante chega com a expectativa de ver apenas a produção, mas, ao entrar na realidade da família, se depara com dificuldades que não estavam no seu plano inicial. Isso é importante: os estudantes precisam se colocar no lugar da família e entender o ritmo das coisas. Essas histórias, experiências e até piadas são compartilhadas nas aulas, porque são parte do processo de aprendizagem. Muitos estudantes relatam situações curiosas, como quando um grupo reclamou de não receber nem sequer um café, enquanto outro grupo contou que a família preparou um almoço especial para eles.

Essas experiências têm grande valor porque ensinam os estudantes a lidar com a diversidade das situações que vão enfrentar no campo. Também abordo questões que surgem da prática da extensão rural: o papel das mulheres, o envelhecimento da população rural, a escassez de mão de obra, a diversificação das atividades e os desafios de lidar com agricultores despreparados. Em algumas situações, os agricultores contam histórias de outros técnicos que visitaram as propriedades, mas que não conseguiram apresentar soluções eficazes. Esse tipo de vivência permite que os estudantes se coloquem no lugar dos agricultores, que compreendam as dificuldades que enfrentam e, assim, se tornem mais sensíveis às realidades do campo - esse é o objetivo.

É isso que buscamos ao implementar uma metodologia como essa: envolver os estudantes de forma ativa, permitindo que vivenciem os desafios reais do campo. Questões como o mercado, o escoamento da produção, são aspectos que surgem frequentemente nas experiências. O mais importante, porém, são os resultados práticos e transformadores para as comunidades. Os estudantes não apenas convivem com profissionais da extensão rural, mas

também criam suas próprias redes de contato. Eu costumo dizer que, ao começar a vida profissional, o estudante se joga no processo, fica dependente dos nossos contatos, o que não é saudável para o seu futuro profissional. Eles precisam construir suas próprias relações e é isso que os provoço a fazer durante essa vivência. Esse é, de fato, um momento de aprendizagem.

Este ano, por exemplo, em uma outra disciplina, comentei rapidamente sobre como esses subsídios são criados, com foco no apoio ao extensionista que está atuando no município, uma vez que são fundamentais para o desenvolvimento rural.

Aqui, comento o que ocorreu com a turma de 2019. Não eram poucos estudantes, e vejo que o melhor resultado desse trabalho é o retorno deles, o impacto que essa experiência deixa. Eu não preciso falar bem de mim mesmo; minha responsabilidade é procurar fazer o melhor possível. O mais importante é que eles saiam com uma compreensão verdadeira sobre o que é a extensão rural. São eles que irão fortalecer esses espaços de formação dentro das instituições e das organizações rurais.

No fechamento do ano de 2019, quando estávamos com a equipe da EMATER de Agudo, incluindo todos os técnicos e representantes da Prefeitura, tivemos momentos muito ricos, nos quais os estudantes vivenciam e se emocionam. O mesmo ocorreu no fechamento de 2022 em Paraíso do Sul, com o Diego Katzer, da EMATER, que foi meu parceiro nessa experiência. Ele é uma pessoa fantástica. Nós dois compartilhamos a jornada dessas metodologias e tem sido uma experiência incrível trabalhar junto com ele.

Todos os escritórios que citei - de Nova Palma, Ivorá, Agudo, Santa Maria e Paraíso do Sul- são exemplos de que esse trabalho não tem como dar errado. Eu sempre digo isso,

pois o desenvolvimento dessas metodologias junto aos escritórios municipais da EMATER-RS/ASCAR já é algo natural. O que realmente me causa estranhamento é estar dentro de uma sala de aula, pensando que tudo é perfeito, quando sabemos que a realidade lá fora é bem diferente.

Tenho a obrigação de garantir que os estudantes saiam, pelo menos, com uma boa percepção sobre a realidade do desenvolvimento rural. Todo esse trabalho está documentado no artigo que foi publicado em 2021 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, escrito juntamente com o Héctor e a Nathana (FACCO; DISKA; SILVA, 2021), que viveram essa experiência como estagiários do Programa de Formação de Professores para a Educação Profissional da UFSM no ano de 2019. Embora a vivência tenha suas limitações, ela também proporciona efeitos extremamente positivos

Para concluir, não posso deixar de falar sobre o nosso curso de Técnico em Zootecnia, que é pensado de forma mais avançada. Na agropecuária, temos um elemento curricular que decidi trabalhar à minha maneira, adaptando as horas de aula de acordo com as necessidades que via para o curso. No curso de Zootecnia, conseguimos construir, em 2019, um currículo que se conecta de maneira mais integrada com as realidades do campo e com as necessidades do setor ao longo do curso.

Destaco a disciplina de "Vivências Profissionais em Zootecnia", que tem 120 horas e trabalha de forma intensiva durante cerca de 45 a 50 horas com temas que sensibilizam o estudante para uma vida profissional diferenciada. Eu e o professor Diego Zeni, que ministramos essa disciplina em 2022, sempre dizemos aos estudantes que, quando entram no mundo do trabalho, eles devem ter a capacidade de se destacar nas organizações onde atuam. Eles precisam ser

profissionais que fazem a diferença.

Costumo afirmar: "A iniciativa privada não perdoa; ela demite aqueles que não atuam bem". No setor público, a falta de um único servidor pode comprometer todo o funcionamento da organização, já que normalmente as contratações acabam se tornando mais limitadas. Portanto, nossa proposta com essa disciplina é prepará-los para ficarem sete dias ininterruptos em propriedades rurais e viver tudo o que se passa lá.

Durante esse período, trabalhamos o conhecimento técnico, mas, principalmente, a formação do estudante como ser humano, capaz de transformar sua realidade. Eles devem passar o final de semana na propriedade, porque, no sábado e no domingo, as vacas continuam a produzir leite e as galinhas a botar ovos. Eu insisto que isso é fundamental para o técnico, pois ele precisa vivenciar a rotina da família, dormir no local e interagir com todos. No curso de Zootecnia, incorporamos essas vivências para garantir que os estudantes realmente compreendam o cotidiano da produção e da vida das pessoas.

Ao final, refletimos sobre a experiência e os orientamos: "Agora, você vai para o estágio, não desperdice essa oportunidade. Talvez seja sua primeira experiência profissional, e você já está criando uma rede de contatos que pode abrir portas no futuro, para outras possibilidades de trabalho".

Gostaria de compartilhar com vocês alguns exemplos do ano de 2022. Uma das estudantes estava grávida de seis meses, fez a vivência em produção de ovos. No entanto, ficou sete dias na propriedade, onde aprenderam tudo sobre a atividade e tiveram a oportunidade de conviver diretamente com as pessoas envolvidas nesse tipo de produção. Outra situação foi da nossa aluna Gabriela, que fez a vivência em

uma propriedade de leite, levantando cedo, se colocando no lugar do agricultor e pensando em ações práticas para a melhoria da produção.

Já a Laís fez a vivência com ovinos de leite, em uma propriedade aqui em Santa Maria. Ela era muito quieta na sala de aula, respondia apenas quando questionada, mas, a partir da vivência, se desenvolveu e fez um relato bastante enriquecedor, demonstrando seu crescimento pessoal e profissional.

Trago também o caso de uma estudante que fez a vivência em equoterapia voltada a atender pessoas com necessidades especiais. Em seu trabalho final, ela apresentou uma reflexão sobre a experiência, incluindo uma autoavaliação. Ela destacou, por exemplo, como desenvolveu a paciência para ouvir e a importância da pontualidade, aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Essas vivências são experiências complementares dentro do nosso currículo. No Técnico de Zootecnia, por exemplo, anteriormente não havia uma disciplina específica de Extensão Rural, mas agora temos. Além disso, a disciplina de Vivência traz elementos práticos que tangenciam vários assuntos importantes, complementando a formação teórica. O interessante é que conseguimos criar mais espaços curriculares, a partir de experiências positivas, para que os estudantes possam se envolver de maneira mais profunda com as realidades do campo.

Para encerrar, gostaria de destacar um ponto importante: a postura epistemológica do professor. O que eu quero com a minha prática? O que busco com o meu exercício profissional? Acredito que a resposta está na importância do que fazemos e que vale a pena investir nessas práticas, pois vejo que elas têm um impacto real na formação

dos estudantes.

A segunda questão que gostaria de abordar é algo muito pessoal para o professor: temos que ter a consciência de que não somos o centro do saber. É fundamental ter essa sensibilidade para se colocar no lugar do outro e desenvolver empatia pelo estudante. O desafio que enfrentamos é oferecer uma aula de qualidade, na qual o estudante aproveite o período que está contigo e, ao mesmo tempo, proporcione elementos para a sua reflexão.

Devemos ter a consciência de que, ao ministrar aula, nosso objetivo é sempre dar o melhor de nós naquele momento. Reconhecemos que não sabemos tudo e que os estudantes não estão ali apenas para aprender conosco. Eles também devem ser capazes de, a partir dos elementos que fornecemos, juntando com as experiências que reúnem ao longo de suas vidas, perceber a problemática da realidade como ela realmente é. Claro que isso é algo que, por mais que busquemos, é impossível comparar com áreas como Medicina ou Enfermagem, onde os estágios são realizados dentro do hospital, lidando diretamente com os problemas das pessoas todos os dias.

No entanto, precisamos contextualizar e oferecer experiências práticas que façam sentido para a formação deles. Também é importante ter a consciência de que é praticamente impossível dar conta de tudo dentro das disciplinas. Não é fácil, e não podemos desperdiçar a carga horária com conteúdos que não serão aplicáveis ao contexto real. Peço desculpas pela forma direta de falar, mas acredito que é essencial termos esse cuidado.

Precisamos evitar perder tempo em aulas que, ao final, não agreguem valor prático à formação dos estudantes. O que consideramos fundamental, com base em nossa sensibilidade, é sempre algo relativo. E os limites da formação

profissional não estão apenas no conteúdo, mas também nos bancos acadêmicos, nos currículos e nas práticas pedagógicas que escolhemos aplicar.

Enquanto não tivermos esses espaços maiores, precisamos utilizar o que nos é permitido. Esse formato de vivência não resolve o problema da compartimentalização das disciplinas, mas certamente contribui para a formação de melhores extensionistas e, mais importante, de pessoas mais sensíveis à vida e à maneira de compreender o mundo. A universidade, longe de reforçar estigmas, oferece as condições necessárias para que tudo aconteça.

Precisamos de pessoas capazes de se apropriar desse conhecimento em diferentes realidades, e é isso que buscamos oferecer, tanto nas metodologias trabalhadas nessas disciplinas quanto em outras. Carrego comigo a frase de Paulo Freire: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua construção”.

Tenho que agradecer, pois esse não é um trabalho meu, mas de muitas pessoas. É uma metodologia que, digamos, lidero, mas que é desenvolvida em parceria com os extensionistas da EMATER, que são verdadeiros aliados. Eles acreditam no projeto e reconhecem que o trabalho no escritório pode ser um veículo para formar futuros profissionais, que, por sua vez, irão substituir a ideia de que são o centro de tudo. Agradeço muito a eles por isso.

Também preciso agradecer às prefeituras, aos sindicatos, à direção do Colégio Politécnico da UFSM e aos departamentos que têm criado as condições para que isso aconteça, pois envolve transportes, motoristas e toda uma logística. Para concluir, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuem para qualificar e possibilitar a realização dessas práticas. Muito obrigado! Era isso que eu tinha a compartilhar, com a intenção de provocar uma

discussão.

Prof. Luís Fernando Soares Zuin

Prof. Gustavo, o seu trabalho é simplesmente maravilhoso. Com o emprego de metodologias de ensino e aprendizagem incríveis! Acho que, no mínimo, é algo inspirador para todos nós. Tenho muitas perguntas para te fazer, e depois gostaria de pedir que tentasse escrever um livro sobre isso. Talvez criarmos um grupo, algo nesse sentido, para que mais pessoas conheçam o trabalho incrível que você faz.

Uma das perguntas que gostaria de te fazer é a seguinte: como os estudantes fazem o recolhimento do material dessas vivências nas propriedades? Eles têm um diário de campo? Tiraram fotos? Como é feito esse processo de coleta do material para, depois, confeccionar aquele relatório final? Só esses relatórios já seriam uma base excelente para um livro.

Eu sempre penso em como podemos gerar produtos que fiquem para outras pessoas, como uma forma de inspiração. Quando vejo um trabalho como o seu, isso imediatamente passa pela minha cabeça. Se não me engano, você mencionou que foram dez encontros nas propriedades, dez visitas. Como você inicia a construção desse trabalho com os estudantes, especialmente nessa parte do recolhimento do material?

Prof. Gustavo Pinto da Silva

Na disciplina de extensão rural, os estudantes mantêm um diário de campo. Primeiro, elaboramos uma entrevista. Precisamos desenvolver o senso de conduzir entrevistas. Eles

utilizam um roteiro com um questionário, onde registram questões importantes que também me ajudam a provocá-los posteriormente. Após a entrevista, quando retorno à Universidade, eles produzem maquetes e outros materiais, mas, curiosamente, não guardo nada disso.

Acumulo tanto material que acabo descartando. Depois, organizo uma roda de apresentação e aplico essas metodologias com eles. Eles também precisam tirar muitas fotos e transmitir isso na disciplina. Meu objetivo é que, ao final, os estudantes reflitam, para que eu possa avaliar se ele compreendeu os limites de sua atuação no contexto da propriedade em que trabalha.

O que procuro na extensão rural é que os estudantes entendam que ela não pode ser pontual, mas sim um processo contínuo e articulado. Na disciplina de Vivências Profissionais em Zootecnia, eles devem fazer uma apresentação final, que hoje é apenas um PowerPoint. Percebemos que, ao exigir trabalhos mais complexos, eles perdiam muito tempo, além da dificuldade de escrita.

Acredito que o estudante, especialmente no nível técnico, precisa perceber se compreendeu ou não, se captou a essência do que foi trabalhado. Não importa se a comunicação é escrita ou oral, o importante é que ele tenha a capacidade de compartilhar o que vivenciou.

Por exemplo, questiono como o estudante lidou com essa situação? Eu sou técnico e fruticultor e estou dos dois lados. Isso me dá uma certa facilidade para entender tanto o estado das coisas quanto o que acontece quando os estudantes visitam propriedades rurais. Assim, eu me mantenho tecnologicamente atualizado, porque sempre surge algo novo que eu desconhecia.

Lembro do Diego Katzer da EMATER de Paraíso do Sul quando fomos a uma propriedade que tem uma coleção

incrível de cultivares de forrageiras. É fantástico! Quem tem a chance de ver aquilo, aproveita muito. Quero que ele traga essas experiências e fale sobre elas. Eu já conhecia alguns cultivares, mas mudei minha percepção ao identificar outras melhores. Se o técnico vai plantar ou recomendar no futuro, cabe a ele pesquisar na vida profissional ou com outro docente.

Prof. Luís Fernando Soares Zuin

Mas esses relatos entre os estudantes, eles ocorrem só no final da disciplina ou durante também?

Prof. Gustavo Pinto da Silva

Todas as aulas, todos os anos, há um momento de compartilhamento do que os estudantes fizeram e vivenciaram. Dedico uma hora para isso, o suficiente para focarmos nas questões centrais. Relatar que comeram laranja ou algo parecido, isso é conversa para o ônibus, não para a aula. O desafio está em ajustar o tempo e a carga horária com o que é essencial, mas procuro desenvolver isso. Após cada visita, eles devem apresentar suas observações. Na primeira visita, a apresentação é mais longa, pois precisam detalhar tudo sobre a propriedade.

Acabo usando todo o tempo da primeira aula para as apresentações, mas, nas seguintes, foco no planejamento. Pergunto: “O que vocês podem fazer lá? Quais ações planejam para a próxima visita, na semana que vem?”. Passo uma tarde ajudando-os a definir um plano. Já conhecem a propriedade e precisam decidir o que vão fazer. Não pode dar errado! Tem um pouquinho de pressão psicológica, também. Vocês já entendem, não é?

Porque quando o estudante se depara com o inesperado, ele precisa estar preparado para qualquer situação. Sempre digo: “Você vai e tem que estar pronto para o que surgir”. É uma visita técnica, e a família precisa se envolver. Isso, às vezes, é um desafio, pois algumas famílias não estão habituadas a essa dinâmica. Nessas situações, o Diego Katzer me ajuda.

Quando ele não está disponível, como no ano passado que desenvolvemos em Santa Maria, reservamos um dia da semana e visitamos todas as propriedades antecipadamente. Em cada lugar, orientei: “Aqui vocês poderiam fazer tal coisa”. Perceber que o estudante não está conseguindo interpretar a realidade dá trabalho, sim, mas, sinceramente, seria ainda mais difícil se eu apenas despejasse o conteúdo em aula.

Prof. Luís Fernando Soares Zuin

Com certeza, é um trabalho maravilhoso. Talvez a palavra mais adequada não seja “vivências”, mas “experiências”. Segundo o autor Larrosa⁶, a “experiência” é algo que nos transforma, nos marca e muda quem somos. E é exatamente isso que você está fazendo com esses estudantes: deixando uma marca profunda, mudando o olhar deles sobre o outro. É algo muito bonito e admirável da sua parte. E você tem toda razão: dentro de uma sala de aula, não seria possível provocar essa mudança de olhar.

Prof. Ezequiel Redin

Temos várias pessoas nos acompanhando, dentre elas os estudantes de Fruticultura, coordenadores de curso,

⁶ Larrosa, J. Tremores: Escritos sobre experiência. São Paulo: Autêntica, 2014.

agricultores, docentes, técnicos da EMATER, entre outros colegas, a quem agradeço a presença e atenção.

A metodologia que o Prof. Gustavo vem disseminando ao longo de vários anos de estudo e trabalho, que não é algo recente, tem como objetivo tirar o estudante e professores da zona de conforto. No entanto, isso gera alguns conflitos, especialmente no EAD (Educação a Distância). Como você percebe esses conflitos ao colocá-los numa nova situação?

Prof. Gustavo Pinto da Silva

Eu acho que o novo sempre é novo, e o diferente sempre é diferente, o que acaba gerando algum tipo de estranhamento. Não é exatamente um conflito, mas uma adaptação a algo novo. Trabalhar com o ensino em um formato diferente, como o EAD, foge do modelo tradicional, em que o estudante se senta na sala de aula e assume o papel de ouvinte. Esse formato clássico foi assim por muito tempo.

Quando você propõe algo diferente, é natural que cause estranhamento. Eu vejo assim: nenhuma prática surgiu pronta, assim como esta não surgiu. É importante ter clareza disso para quem está assistindo. Esse é um processo longo! O que eu compartilho hoje no trabalho com os estudantes presenciais é o resultado de 15 anos de experiência, sempre ajustando detalhes. Um exemplo disso é que, em 2019, fizemos uma devolutiva que estava prevista para ser junto com os agricultores, mas acabou acontecendo sem a presença deles. Conversamos com o Diego e vimos que não ficou legal. Portanto, em 2022, fomos com os agricultores. Eu já tinha visitado as propriedades, mas comecei a pensar: “Eu estou ali e, de repente, me torno o dono da conversa, e não o estudante”. Ele é quem precisa viver essa experiência. Eu fui

ajustando isso no trabalho. Se algo der errado, tudo bem, vai dar errado. Errar faz parte do processo de tentar, afinal todos nós erramos.

O que eu preciso ter consciência é de ajustar as condições para que o ensino seja o melhor possível. Agora, sobre a questão do EAD, é claro que há desafios, dada a natureza do ensino a distância. A pergunta traz um ponto importante. Quando estruturamos o EAD, nossa intenção sempre foi formar profissionais melhores, e não criar um problema para o estudante.

Eu preciso ter sensibilidade para isso. Precisamos ajustar o ensino para que ele realmente contribua de alguma maneira. Vivenciar não significa simplesmente ir lá e assistir, porque quando você apenas assiste, fica isento de compromisso. O importante é estar presente e intervir. Talvez a palavra "intervenção" também me preocupe, porque ela implica um compromisso de se ter uma coerência de ação, e é isso que buscamos.

A educação à distância precisa ser aperfeiçoada continuamente, e tenho plena consciência de que ainda não está pronta. Talvez, daqui a quatro ou cinco anos, tenhamos condições de oferecer o melhor formato sem prejudicar a formação dos estudantes em seus contextos. Na formação, acredito que é melhor pecar pelo excesso do que pela falta. Esse é o meu ponto de vista. Assim, devemos estar sempre avaliando: onde acertamos? onde erramos? Aqui está bom, nós vamos seguir por esse caminho. Se não, ajustamos a direção.

Acrescento que na educação à distância, é também necessário pensar em uma vivência que se adapte ao contexto e ao tempo do estudante, que não é o mesmo do estudante presencial. Eu tenho clareza disso, assim como tenho clareza sobre todas as disciplinas que ministro. Nunca

dei uma aula igual à do ano anterior. Cada aula é adaptada, e eu não preciso contar isso para ninguém, mas sei quando deu certo e quando não deu. Isso envolve uma constante adaptação. A consciência que devemos ter é de que não somos perfeitos. A metodologia não é fixa. Cada turma, cada contexto e cada ano exige ajustes.

Prof. Ezequiel Redin

O Prof. Gustavo é um exemplo de como a insatisfação construtiva é fundamental, e isso é o que torna a extensão rural tão interessante. Deixe-me contextualizar para que todos entendam essa dinâmica.

O Prof. Gustavo está falando dentro do Colégio Técnico Politécnico, que é uma escola técnica vinculada da Universidade Federal de Santa Maria, com um departamento com mais de 120 professores. O Colégio Politécnico não se tornou um Instituto Federal, mas permaneceu como uma escola Técnica, oferecendo mais de 20 cursos. Além disso, ele coordena o Curso Técnico de Fruticultura EAD, algo importante de se destacar. As outras experiências que ele mencionou aqui se referem aos cursos presenciais diurnos.

Dentro do Politécnico, também oferecemos cursos superiores tecnológicos, sendo um dos mais conhecidos o Curso Superior em Gestão de Cooperativas, além de Gestão Ambiental, entre outros. Também há programas de mestrado.

É um colégio técnico que mantém um diálogo constante com toda a universidade. Além disso, recebe também estudantes já formados, o que é um desafio interessante, pois esses estudantes buscam o técnico para vivenciar novas experiências.

Prof. Gustavo Pinto da Silva

Esse retorno do estudante, para me dizer que foi bom ou que foi ruim, é fundamental. Quando algo não está bem, tenho que ter a consciência de promover a mudança. Quero ressaltar que, a cada encontro, a cada evento, nessas saídas, sempre faço uma avaliação com os estudantes.

Acho que a contribuição do Caporal é muito importante. Na verdade, tanto o Caporal quanto o Costabeber, junto com todo um grupo, trouxeram uma série de reflexões que questionaram o fazer extensionista, trazendo novos elementos para o processo. Eu considero que, às vezes, esses elementos não são bem compreendidos, especialmente quando se avalia como transformar a disciplina para atender ao que eles propunham.

Ao longo do tempo, tentei me aprofundar, li quase todas as publicações deles, fiz mestrado e doutorado em extensão rural e, sempre estive conectado à área. Acho que o Caporal, especialmente, contribui ao nos provocar como teórico, mas com uma prática sólida, já que ele também esteve muito tempo no campo. Ele deixa diversos subsídios para refletirmos sobre nossa prática, nos incentivando a buscar nos seus materiais aquilo que pode melhorar nosso trabalho.

Isso que fui tentando fazer. Acho que, para o Rio Grande do Sul, que é a pergunta, todo o trabalho de produção orgânica começou quando o Caporal estava na diretoria técnica da Emater/RS-ASCAR. Hoje, esse trabalho está muito mais avançado, com contribuições bastante interessantes. E, especialmente no fazer extensionista, acredito que precisamos, como dizia um governador do Estado, "espraiar para outros cantos". Claro que, hoje, o Brasil inteiro já tem processos muito interessantes de extensão rural

agroecológica, como você mencionou.

O que precisamos são espaços para essas construções coletivas, para aperfeiçoar nossas metodologias. Normalmente, não temos dúvida do resultado que queremos alcançar, mas sim do método. Como vamos chegar lá? Portanto, acho que vale a pena estudar ainda o Caporal e o Costa Beber, revisitar suas leituras e adaptá-las à nossa realidade.

A limitação financeira para esse tipo de atividade é uma questão importante em todas as universidades, e com certeza nos Institutos Federais também. Não temos enfrentado grandes problemas nesse sentido. O Colégio Politécnico é uma unidade dentro da UFSM e temos editais internos específicos para dividir os poucos recursos disponíveis, que permitem estas atividades de ensino que proponho. Aliás, o ensino é sempre tratado como prioridade.

Outra questão importante é a boa conexão com parcerias, especialmente com as prefeituras e os escritórios municipais da EMATER, que têm sido fundamentais para viabilizar essas atividades. Acredito que precisamos buscar ainda mais parcerias com associações de municípios e outras organizações, como cooperativas, que possam nos apoiar. Quando se fala em extensão de forma indissociável ao ensino, é necessário prever recursos de algum lugar para que isso aconteça.

Às vezes, enfrentamos muitas dificuldades dentro de nossas organizações para conseguir recursos como ônibus e motoristas, o que pode comprometer as atividades. Por isso, acredito que nossa estratégia deve ser baseada em boas parcerias e na eficiente distribuição de recursos, que permite a continuidade das atividades de ensino. Essas atividades acabam conquistando seu espaço pelo retorno que os estudantes oferecem.

Hoje, nem consigo imaginar os estudantes sem essas experiências. Sabemos que eles aguardam ansiosamente determinadas disciplinas, especialmente quando envolvem vivências na área de Zootecnia. Tive oportunidade de conversar com a próxima turma, e eles já estão aguardando para começar no próximo semestre que também será neste formato. Portanto essas práticas se consolidaram e permanecem ativas.

Com a recente reforma curricular da Zootecnia, a Vivência foi mantida, e outros cursos estão analisando como incorporá-la em suas estratégias. É essencial discutir e adaptar essa abordagem a cada contexto, pois é uma questão meritória que merece atenção.

Definimos o perfil do agricultor, que pode ser tímido ou ter dificuldade de comunicação. Isso não significa que ele não seja bom, mas é preciso alocar o estudante no local adequado. No escritório, combinamos as rotas e os veículos. Agora, por exemplo, estamos indo de ônibus para Paraíso do Sul. Quando chegarmos lá, o carro vai esperar no trevo, onde há duas propriedades à esquerda. Ele vai levar quatro pessoas lá.

Montamos a rota com o escritório e, após a primeira vez, tudo fica certo; basta combinar com os agricultores. No último ano, criamos um grupo no WhatsApp, onde envio as instruções e, durante a semana, às vezes pergunto como foi, agradeço, faço mais perguntas e coloco novos desafios. Assim, procuro atender tanto o varejo quanto o atacado. Os escritórios acompanham o processo e ficam cientes.

Vou contar para vocês: não é algo difícil de fazer, nem para o escritório nem para nós! Para o escritório, depois de organizado, o processo flui. Às vezes, os estudantes procuram os técnicos por algum motivo específico. O principal problema que gera demanda é a dificuldade do agricultor em

retirar a produção devido a problemas na estrada. Nesse caso, os estudantes percebem que isso se torna o maior desafio para o produtor. Eles tentam resolver a situação, mas precisam entrar em contato com o escritório e com a prefeitura.

No ano passado, o Secretário da Agricultura, levava os estudantes às propriedades. Eles voltavam e diziam a ele: "Tem que fazer uma estrada, tem que arrumar aquilo." Isso é algo interessante, pois o estudante se sente útil ao realizar o trabalho.

Prof. Ezequiel Redin

O que é legal aqui na Universidade Federal de Santa Maria é o desafio que proponho às demais. Existem muitas no Brasil, mas poucas têm extensionistas tão bem articulados. Se vocês soubessem, aqui parece que temos uma matéria nova todo dia, para não exagerar.

Na semana passada, o Prof. Gustavo comentou sobre um evento do curso de Fruticultura, realizado em parceria com ou professor e a turma de pesquisa. Foram 150 extensionistas no evento. Isso é muito legal, pois pesquisa e extensão estão totalmente integradas.

Prof. Gustavo Pinto da Silva

No ano passado, chegamos a planejar, mas ainda não executamos. Primeiro, tenho dificuldades com os meios digitais. Tenho manuais de tudo, porque, quando faço algo hoje, já esqueço como fazer amanhã. Isso é uma característica de quem só teve luz em casa em 1987 e foi criado mais afastado. São questões que certamente nossos filhos não terão.

O que eu queria fazer, e que fizemos de forma falada, era um grande compartilhamento de experiências entre agricultores, mediado pelos estudantes. Isso nós fizemos. O evento final foi exatamente isso: o estudante chegava e dizia: “Visitei a propriedade e tem tantas vacas de leite da raça Jersey, trabalha com a esposa, a filha mora junto e tem um neto. A atividade é importante por isso...”. O grande diferencial da propriedade é que a atividade é desenvolvida em sistema de pastoreio rotativo, o que reduz a carga de trabalho. O que eu quero é que o estudante compartilhe o modelo e os diferenciais da propriedade. Todos os agricultores devem conhecer isso, e essa mediação é feita pelo estudante.

O que eu gostaria de ter feito, mas não foi possível, era produzir materiais sobre cada propriedade, permitindo o compartilhamento entre os agricultores, mas também fora do grupo. Planejamos, mas não executamos, e vejo isso como uma oportunidade de melhoria para as próximas edições. Claro que, para isso, preciso criar as condições para que o estudante aprenda a produzir esses materiais.

É isso que digo: quando temos um currículo planejado, essa tarefa pode ser feita em outra disciplina, sem precisar ser exclusivamente na extensão rural. E aqui no Politécnico conseguimos fazer isso, por exemplo, a partir da disciplina de Normas Técnicas. Como você sabe, essa disciplina é normalmente ministrada de forma descontextualizada, por um profissional que nem sempre entende das ciências agrárias, especialmente no curso técnico.

Criamos a disciplina de Iniciação à Zootecnia, onde falo sobre sistemas agroalimentares, cadeias, mercados, tecnologias, como cada atividade é desenvolvida, circuito longo e curto, e abordamos a realidade. As normas técnicas para escrita acadêmica entra no final para que os estudantes produzam um relatório, seguindo as normas, a partir de temas

que eles criam durante as aulas, com base em nuvens de palavras. O que ficou de bom na visita 1? O que se observou nas visitas 2 e 3? A partir disso, extraímos temas geradores, e no final eles produzem um relatório, dialogando com as experiências. São duas disciplinas aparentemente distintas, mas que conseguimos complementar e alcançar um excelente resultado.

Acredito que seja isso. Tentei responder e, ao mesmo tempo, problematizar um pouco. Vejo, portanto, que haja, sim, espaço para a ATER Digital por meio desse trabalho.

Prof. Luís Fernando Soares Zuin

Gustavo, você já está fazendo a ATER Digital! Ao usar o WhatsApp para se comunicar com os produtores rurais durante a vivência dos estudantes, isso já é ATER Digital. Toda a colaboração que você estabelece com esses produtores ao longo, durante, antes e depois das atividades, é ATER Digital. Quando você pega o celular e envia um WhatsApp para um produtor rural ou um técnico da EMATER, isso já é Extensão Rural, é ATER Digital.

Prof. Gustavo Pinto da Silva

Só para complementar, Prof. Zuin, obrigado pela observação. Na verdade, hoje esse grupo é composto por mim e pelo professor Diego Zeni. O caso de Paraíso é interessante porque é um projeto com continuidade, em que uma ação fortalece a outra. Mantemos o grupo de WhatsApp com os agricultores, e é uma troca constante; tudo o que acontece, ficamos sabendo.

Algumas ações estão mais relacionadas ao nosso trabalho, outras nem tanto, mas o trabalho do Diego,

especialmente, merece ser destacado, pois tem um enfoque diferenciado. Ele trabalha com grupos de agricultores, como o grupo do leite, o grupo do gado de corte e pecuária familiar, sendo veterinário. Essa abordagem ajuda a garantir que o nosso trabalho tenha continuidade e não termine ao final do ano letivo. Essa é uma crítica que enfrentamos, pois muitas vezes utilizamos a comunidade e depois fechamos a porta, deixando tudo para trás. Eu mesmo já passei por isso várias vezes, e carrego essa responsabilidade.

Prof. Luís Fernando Soares Zuin

Vocês estão criando redes, não é? Cada grupo de WhatsApp que você tem com os produtores rurais, junto com o Diego, são redes de comunicação digital entre produtores e extensionistas. Esse processo de ensino-aprendizado é extremamente sofisticado, não apenas porque envolve o meio digital, mas porque combina o presencial e o digital de forma integrada.

Prof. Gustavo Pinto da Silva

Acho importante compartilhar isso, pois cada contexto de curso pode desenvolver formas próprias. No nosso caso, a distribuição dos estudantes nas propriedades é, em geral, aleatória. Claro, buscamos ajustá-la conforme o perfil de cada estudante, pois não queremos colocá-lo em um contexto no qual ele não consiga contribuir.

Às vezes, isso ocorre, e o estudante precisa se adaptar. Essa é uma habilidade que queremos que ele desenvolva: criar espaços de manobra. Porém, tentamos facilitar o processo, para que o estudante não se distancie demais do seu interesse. Por exemplo, se o estudante tem

interesse em morango, por que colocá-lo para trabalhar com leite? Tentamos alinhar a prática ao seu interesse, mas o estudante não sabe de antemão qual será sua tarefa. Ele precisa chegar sem saber o que esperar.

Ele pode não entender isso de imediato, mas com o tempo perceberá o valor dessa abordagem. O retorno dos estudantes é impressionante. Muitos relatam: “Passei a gostar disso, quero ser seu bolsista, nem que seja para conversar sobre o assunto.” O resultado é fantástico. Dois estudantes, por exemplo, passaram a se interessar por algo que jamais haviam considerado.

Recentemente, com a abertura do concurso, enviei o edital para diversos estudantes que, a partir da experiência, passaram a se interessar pela extensão rural. Acho que é fundamental valorizar esse tipo de conhecimento na formação deles. Não há nada perdido nesse método. É claro que, com menos recursos, será necessário adaptar, mas os agricultores, em sua maioria, gostam dessa abordagem. Muitas vezes, somos nós que nos limitamos, fechados em nossos espaços, sem nos abrir para esse tipo de atividade.

Prof. Ezequiel Redin

Acho que, para finalizar, pergunto: ao fazer o enceramento do curso Técnico em Zootecnia, quem você convidou para colaborar esse momento final?

Prof. Gustavo Pinto da Silva

Primeiro, quero agradecer ao Prof. Alexandre Tonin, que esteve conosco mais de uma vez e participou das visitas às propriedades. Em uma dessas visitas, encontramos um produtor com um problema reprodutivo, pois suas vacas não

estavam ficando prenhes, provavelmente devido a uma doença. Ele tem uma boa relação com os agricultores, para ajudar, e os estudantes também se envolveram, garantindo que todas as perguntas fossem respondidas. Esse momento foi muito importante, e a participação de outros professores, conforme o contexto, enriquece muito a experiência.

Cada situação é única, e o que faço é ouvir o estudante, entender o que ele precisa, e dedicar tempo para conversar. Algumas coisas não abro mão, mas sempre conseguimos incluir todos de alguma forma. Penso que a experiência precisa ser útil, tanto para reflexão quanto para vivência. Até agora, tem sido tranquilo contornar as situações.

Assim, em relação ao fechamento do curso, procuramos envolver os colegas nesses momentos para que vejam o impacto nos estudantes. O currículo não é só minha prática, ele deve envolver todos os professores. Eu crio mecanismos para envolver os colegas e convido, por exemplo, o professor Tonin, o professor Ezequiel e a direção da escola.

O currículo deve ser pensado de forma coletiva, pois nossa missão é formar profissionais completos, que se realizem pessoalmente e transformem os ambientes em que atuam. A prática profissional precisa gerar resultados concretos.

Acredito que esse tipo de prática contribui para isso, e por isso procuramos envolver todos os agentes na formação dos estudantes, cada um com sua contribuição. Eu, pessoalmente, fui me apaixonando por esse trabalho ao longo do tempo. Admito que, às vezes, algumas experiências não saem como planejado, mas o que realmente buscamos é proporcionar uma formação de qualidade.

Sobre o modelo da Alemanha, a Casa Familiar Rural já adota uma abordagem de alternância, que é parecida com a

vivência que buscamos aqui. O trabalho da Universidade de La República (UDELAR), no Uruguai, também me inspirou muito.

Agradeço ao Prof. Zuin pela oportunidade de falar sobre esse tema. Ele me deu liberdade para escolher o assunto. Embora tenha recebido várias sugestões, quero destacar que temos diversos projetos no Politécnico, como a Polifeira do Agricultor, o Projeto dos Ovos Coloniais da Região Centro e várias ações que aproximam a comunidade. Esses projetos criam experiências que podem ser replicadas em outras condições.

Esse é o nosso grande desafio: cumprir nosso objetivo de formar bem os estudantes e, ao mesmo tempo, contribuir para que outras pessoas pensem sobre esses modelos em diferentes contextos. Agradeço a todos, ao Prof. Zuin e ao professor Prof. Ezequiel.

Prof. Ezequiel Redin

A Polifeira, para quem não conhece, é a feira do agricultor dentro da Universidade Federal de Santa Maria, onde os agricultores participam de várias capacitações e fazem a comercialização de seus produtos. É difícil resumir tudo em poucos segundos, mas o Prof. Gustavo nos deixa a oportunidade de voltar a falar sobre isso em outra ocasião. Acompanhem as redes sociais da Polifeira e o projeto dos ovos coloniais, que agora é coordenado pelo professor Robertson.

Muita coisa bacana está acontecendo por aqui, e convidamos todos a nos visitar. Como o Prof. Gustavo mencionou, temos muitos agricultores participando de nossas aulas e experiências. É isso que torna o Politécnico tão encantador.

Agora, passo a palavra para o Prof. Zuin e em seguida ao Prof. Gustavo, para que ele possa fazer o encerramento.

Prof. Luís Fernando Soares Zuin

Gostaria de agradecer ao Prof. Gustavo pela palestra maravilhosa de hoje e reafirmar minha enorme admiração por seu trabalho. Boa sorte, Prof. Gustavo, e muito sucesso!

Prof. Gustavo Pinto da Silva

Obrigado, Prof. Zuin, sempre digo para os estudantes do curso de formação pedagógica da universidade: "Podem fazer o estágio, mas é importante incluir uma reflexão teórica nos trabalhos de vocês, para que possamos evoluir juntos". Isso é bom tanto para eles quanto para nós. Agradeço ao Héctor e a todos que, de alguma forma, têm contribuído para aprimorar essas atividades.

Tenho outras histórias interessantes em disciplina de Mercados, mas isso fica para outro dia. Agradeço novamente o convite e a atenção da plateia. Um abraço!

REFERÊNCIAS

BALEM, T. A. Extensão e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: **Rede e-Tec Brasil**, 2015. 123 p. Disponível em https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/11/06_extensao_desenvolvimento_rural.pdf.

BALEM, T. A.; SILVA, G. P. **Ensino, pesquisa e extensão: uma abordagem pluralista**. 1. ed. Piracanjuba - GO: Editora Conhecimento Livre, 2022. v. 15 DOI: 10.37423/2022.edcl646.

Disponível em: <http://api.conhecimentolivre.org/ecl-api/storage/app/public/L.646-2023.pdf>.

FACCO, H. S.; DISKA, N. M.; SILVA, G. P. As vivências como metodologia de ensino da extensão rural: a aproximação entre estudantes e agricultores para a compreensão da realidade social. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S. l.], v. 102, n. 262, p. 821-838, 2021. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.102i262.4531. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4531>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004

LARROSA, J. Tremores: **Escritos sobre experiência**. São Paulo: Autêntica, 2014.

SILVA, G. P.; PINTO, C. M.; BALEM, T. A.; VELA, H. A. G. A formação do extensionista de nível médio : Um estudo a partir dos elementos da nova ater. *En: Congreso de ciencias sociales agrarias: "Desafíos y contribuciones para el desarrollo rural"* 2012, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo: Facultad de Agronomía, 2012. p. 1-14.

DIÁLOGOS NA EXTENSÃO RURAL

Semeando propostas, compartilhando saberes

aurora

Rede Latino-americana de Diálogos em Ater Digital

Volume 5

ISBN 978-65-265-1871-7

9 786526 518717 >